

PÁG.

- 1- [ATAS](#)
 - 1.1- [548ª Reunião Ordinária](#)
 - 1.2- Reunião Especial Destinada ao Prosseguimento da 6ª Reunião da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco-CIPE -São Francisco
 - 1.3- Reunião Especial Destinada a Comemorar o Sexagésimo Aniversário do Colégio Santo Agostinho
 - 1.4- [285ª Reunião Extraordinária](#)
 - 1.5- [286ª Reunião Extraordinária](#)
 - 1.6- [Reuniões de Comissões](#)
 - 2- [ORDENS DO DIA](#)
 - 2.1- [Plenário](#)
 - 2.2- [Comissões](#)
 - 3- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
 - 3.1- [Plenário](#)
 - 3.2- [Comissões](#)
 - 4- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR](#)
 - 5- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
 - 6- [ERRATAS](#)
-

ATAS

**ATA DA 548ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, EM 13 DE JUNHO DE 1994**

Presidência do Deputado José Ferraz

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Atas - Correspondência: Ofícios - Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 2.073/94 - Requerimentos da Deputada Maria Olívia (2) - **Comunicações:** Comunicações das Comissões de Meio Ambiente, de Política Energética e de Agropecuária e dos Deputados Geraldo da Costa Pereira, Maria Elvira, Márcio Miranda e Wanderley Ávila - **2ª Fase:** Leitura de comunicações apresentadas - **ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.**

ABERTURA

- Às 20h13min, comparecem os Deputados:

José Ferraz - Elmiro Nascimento - Rêmoló Aloise - Elmo Braz - Amílcar Padovani - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrus - Baldonado Napoleão - Bonifácio Mourão - Cossimo Freitas - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Santanna - João Marques - Jorge Hannas - José Maria Pinto - Márcio Miranda - Maria Elvira - Maria Olívia - Mauri Torres - Milton Salles - Péricles Ferreira - Roberto Luiz Soares - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Tarcísio Henriques - Wanderley Ávila - Wilson Pires.

O Sr. Presidente (Deputado José Ferraz) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

1ª Fase

Atas

- **O Deputado Wilson Pires**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Correspondência

- **A Deputada Maria Olívia**, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Humberto Bosaipo, Presidente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso,

encaminhando cópia da ata da sessão especial daquela Casa em homenagem à colônia mineira daquele Estado, realizada em 19/4/94. (- Agradecer.)

Do Sr. Orlando Pessuti, Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, agradecendo o convite para participar da 6ª Reunião da CIPE - São Francisco.

Do Sr. Orlando Pessuti, Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, agradecendo o envio de cópia das notas taquigráficas de reuniões das Comissões de Defesa do Consumidor e de Educação desta Assembléia, nas quais foi proposta uma ação conjunta contra abusos praticados pelas escolas particulares na cobrança de mensalidades. (- À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Do Sr. Mário Pacheco, Secretário da Habitação em exercício (2), agradecendo o envio da relação das propostas prioritárias apresentadas nas audiências públicas da Macrorregião do Triângulo, realizada em Uberaba, e da Microrregião Sul, realizada em Caxambu.

Do Sr. Antônio Augusto Junho Anastasia, Secretário de Recursos Humanos e Administração em exercício, agradecendo o envio de cópias da Deliberação da Mesa nº 1.029, de 23/2/94, e do edital do primeiro processo seletivo para o Banco de Potencial de Gerenciamento da Secretaria desta Casa.

Do Sr. Nuno Monteiro Casasanta, Secretário de Agricultura em exercício, encaminhando, atendendo a pedido de informação desta Casa, relação fornecida pela RURALMINAS contendo o número de cargos e outros dados relativos ao quadro de Advogados dessa Fundação.

Do Sr. Gilberto Inácio, Prefeito Municipal de Cambuquira em exercício, acusando recebimento de ofício enviado por esta Casa em cujos anexos constavam as prioridades da audiência pública realizada em Caxambu nos dias 5 e 6/5/94.

Do Sr. Ricardino Augusto de Novais Filho, Diretor-Geral do DEOP, encaminhando, em atenção a pedido de informação desta Casa, os quantitativos físicos e financeiros executados na construção do prédio da CARDIOMINAS, bem como aqueles com execução prevista para o exercício de 1994.

Da Sra. Ana Maria Ferraz Augusto, Juíza de Direito, tornando sem efeito atestado expedido anteriormente, em face da informação de que existe, na Fundação Educacional de Curvelo, o cargo remunerado de Diretor Executivo. (- À Comissão de Constituição e Justiça.)

Do Sr. Geraldo Magela Belozzi, Presidente da Associação de Diretores de Escolas Oficiais de Minas Gerais - 10ª DRE/Juiz de Fora, solicitando seja alterada a Lei nº 9.532, de 30/12/87, a fim de se reduzir para, no máximo, cinco anos o tempo exigido para apostilamento. (- Anexe-se ao Requerimento nº 5.346/94.)

Do Sr. Paulo da Graça Neves, pelo Presidente da Central Geral dos Trabalhadores-MG, agradecendo a amável recepção desta Casa ao Sr. Lázaro Quintana, dirigente da Central dos Trabalhadores de Cuba e do Escritório Regional na América Latina da Federação Sindical Mundial, e convidando esta Assembléia Legislativa para participar, juntamente com outras entidades, de um seminário sobre o tema "Desenvolvimento e Integração da América Latina", a ser realizado no final do ano, em Ouro Preto.

De Marlei de Moura, Presidente da Associação Cultural Antero Torres, agradecendo o convite para participar da audiência pública da região Centro-Oeste do Estado e encaminhando a proposta da entidade.

O Sr. Presidente - A Presidência passa a receber comunicações e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

Apresentação de Proposições

- Nesta oportunidade são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.073/94

Declara de utilidade pública a Associação dos Amigos de Itapecerica - AITA-BH -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Amigos de Itapecerica - AITA-BH -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 14 de junho de 1994.

Milton Salles

Justificação: A Associação dos Amigos de Itapecerica - AITA-BH - é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, e tem por finalidade estimular o relacionamento e o espírito comunitário, recreativo e cultural, bem como o de solidariedade; organizar e participar de manifestações de caráter político-social e religioso.

Essas, as razões que justificam a apresentação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde e Ação Social, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Da Deputada Maria Olívia (2), solicitando seja o Projeto de Lei nº 2.067/94, da Comissão de Fiscalização Financeira, apreciado em regime de urgência e em reunião conjunta das comissões a que foi distribuído.

COMUNICAÇÕES

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Meio Ambiente, de Política Energética e de Agropecuária e dos Deputados Geraldo da Costa Pereira, Maria Elvira, Márcio Miranda e Wanderley Ávila.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Não havendo oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª fase da 1ª parte da reunião, destinada à leitura de comunicações e a pronunciamento de líderes inscritos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Leitura de Comunicações Apresentadas

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pela Comissão de Meio Ambiente - aprovação, na 72ª Reunião Ordinária, do Requerimento nº 5.151/94, do Deputado Tarcísio Henriques; pela Comissão de Política Energética - rejeição, na 34ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 5.253 e 5.280/94, da Deputada Maria Elvira; pela Comissão de Agropecuária - aprovação, na 58ª Reunião Ordinária, do Projeto de Lei nº 1.772/93, do Deputado Roberto Luiz Soares, e do Requerimento nº 5.343/94, do Deputado Jaime Martins (Ciente. Publique-se.); pelo Deputado Geraldo da Costa Pereira - falecimento de Olga Maria Rosenberg; pela Deputada Maria Elvira - falecimento da Sra. Diane Braz Brandão de Souza, nesta Capital; pelo Deputado Márcio Miranda - falecimento do Sr. Alceu Mendes de Carvalho, nesta Capital; pelo Deputado Wanderley Ávila - falecimento de Sônia Reis, em Pirapora (Ciente. Oficie-se.).

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Não havendo outras comunicações a serem feitas, líderes inscritos nem oradores para o Grande Expediente, a Presidência encerra a reunião e convoca os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 14, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, bem como para a ordinária de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (Nota do redator: A ordem do dia anunciada pelo Sr. Presidente é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 1º DE JUNHO DE 1994, DESTINADA

AO PROSSEGUIMENTO DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO INTERESTADUAL PARLAMENTAR DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO - CIPE - SÃO FRANCISCO

Presidência dos Deputados José Ferraz, Elmiro Nascimento e Maria Olívia

SUMÁRIO: ABERTURA - Ata - Suspensão e reabertura da reunião - Composição da Mesa - Palavras do Sr. Presidente - Destinação da reunião - Palavras do Sr. José Geraldo de Araújo - Apresentação da proposta de criação da UNIVALE e apresentação e discussão de proposições relativas à UNIVALE e a seu estatuto - **ENCERRAMENTO**.

ABERTURA

- Às 8h45min, comparecem os Deputados:

José Ferraz - Elmiro Nascimento - Rêmolo Aloise - Elmo Braz - Agostinho Patrus - Ailton Vilela - Ajalmar Silva - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Carlos Pereira - Antônio Fuzatto - Antônio Pinheiro - Arnaldo Canarinho - Baldonado Napoleão - Bernardo Rubinger - Bonifácio Mourão - Clêuber Carneiro - Cóssimo Freitas - Ermano Batista - Francisco Ramalho - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Homero Duarte - Ivo José - João Batista - João Marques - Jorge Hannas - José Braga - José Laviola - José Renato - Marcelo Cecé - Marcos Helênio - Maria Elvira - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Paulo Pettersen - Roberto Amaral - Roberto Luiz Soares - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Simão Pedro Toledo - Tarcísio Henriques - Wanderley Ávila.

A Sra. Presidente (Deputada Maria Olívia) - A lista de comparecimento registra a

existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O **Deputado Ambrósio Pinto**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Suspensão da Reunião

A Sra. Presidente - A Presidência suspende a reunião a fim de aguardar a chegada dos convidados e das demais autoridades, para o prosseguimento da 6ª Reunião da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CIPE - São Francisco.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado José Ferraz) - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa o Deputado Geraldo Coelho, representante da Assembléia Legislativa de Pernambuco, o Exmo. Sr. José Geraldo de Araújo, ex-Presidente do CEEIVASF, e o Deputado Reinaldo Moura Ferreira, Presidente da Assembléia Legislativa de Sergipe.

Palavras do Sr. Presidente

A CIPE - São Francisco acolhe, com satisfação e esperança, a presença dos Prefeitos e das lideranças municipais do vale do grande Rio da Integração Nacional neste encontro histórico da Comissão.

É no âmbito do município que acontece a vida concreta das pessoas, é nele que as questões se fazem sentir com mais intensidade e urgência. Por isso mesmo, a busca das soluções, para ser democrática e participativa, deve começar, necessariamente, por dar vez e voz às comunidades locais.

O projeto da UNIVALE nasceu da profunda consciência ecológica e comunitária das populações que, de alguma forma, sofrem diretamente os impactos da degradação da bacia do São Francisco em suas vidas. Surgiu, pois, de uma necessidade sentida na própria pele por um povo que aprendeu, na luta cotidiana, o preço da sobrevivência. Por isso acreditamos nele e temos a certeza de que a entidade será uma poderosa aliada da CIPE na batalha pela salvação do "velho Chico".

Conhecemos bem as muitas dificuldades e limitações que cercam a ação das Prefeituras. Para muitas administrações locais, a escassez de recursos é flagelo constante a abortar os melhores planos. Entretanto, aqueles que, isolados, são fracos, quando juntam suas forças e partilham as experiências comuns, tornam-se fortes e capazes de vencer os maiores desafios.

Muitos dos problemas das grandes bacias hidrográficas têm origem exatamente nas microbacias, cujos gestores são os Prefeitos Municipais. Por mais boa vontade que anime nossos administradores, eles não têm, sozinhos, condições técnicas e materiais de promover o uso adequado dos potenciais hídricos de seus territórios. Por isso, o caminho está em associar-se, o que potencializa os recursos regionais e evita a duplicação de esforços.

A UNIVALE, iniciativa pioneira das populações que vivem às margens do São Francisco, aponta o caminho certo. Ao tomarem a decisão firme e corajosa de fundar a associação, os Prefeitos aqui presentes dão-nos o testemunho eloquente de que as crises são vencidas com trabalho, vontade política e união.

Estão de parabéns os fundadores da UNIVALE. Que o exemplo de vocês possa frutificar e inspirar ações semelhantes no Brasil inteiro, para que se consolide entre nós uma política hídrica democrática, aberta à participação das comunidades e à valorização da cidadania.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se a reunião ao prosseguimento da 6ª Reunião da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CIPE - São Francisco.

Dando início aos nossos trabalhos, passaremos a palavra ao Dr. José Geraldo de Araújo, ex-Presidente do CEEIVASF.

Com a palavra, o Dr. José Geraldo.

Palavras do Sr. José Geraldo de Araújo

O Sr. José Geraldo de Araújo - Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado José Ferraz; Deputado Geraldo Coelho, digno representante da Assembléia Legislativa de Pernambuco; senhores e senhoras, convidado pelo Assembléia do Estado de Minas Gerais para dissertar sobre o tema "Evolução Histórica das Intervenções do Poder Público na Bacia Hidrográfica do São Francisco", inicialmente manifesto meus agradecimentos pela deferência a mim conferida e transfiro-a integralmente ao Comitê de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

De início, peço licença para adotar um tipo de abordagem do presente tema, numa tentativa de desincumbir-me de forma adequada da honrosa atribuição. Permitam-me, Sr. Presidente e senhores presentes, que me isente de transformar esta exposição num

relato ufano evocativo das ações do Governo na bacia hidrográfica do São Francisco. Aproveitemos tão qualificada assistência para, em conjunto, estabelecer uma avaliação isenta dos procedimentos adotados pelo Governo Federal nessa região; que seja isenta, mas que em nenhum instante seja atingida pela interferência, que viria a atingir nossa cidadania.

De início, pretendemos estabelecer alguns conceitos. Definimos intervenção como a materialização de ações derivadas e associadas à política governamental, que, por sua vez, definimos como o conjunto de práticas associadas propostas com vistas à modificação dos padrões de interação entre os atores sociais e os agentes econômicos da região do São Francisco. Se falamos de política, então vamos ainda partir para outros pressupostos.

Essas políticas governamentais teriam o caráter específico ou seriam derivadas de macropolíticas? E, como políticas, consideramos que estão associadas a objetivos explícitos, a recursos materiais, institucionais, legais, alocados e, sobretudo, a uma autoridade gestora.

O segundo aspecto é que, ao falar de política, deveríamos nos restringir, porque vamos falar do rio São Francisco, Rio da Integração Nacional. E, quando falamos em Rio da Integração Nacional, fica definido legalmente que é um rio federal. Então, quando estivermos falando em política, estamos explicitamente falando do poder público federal.

O terceiro aspecto é que, se estamos falando em política, estamos associando o assunto a uma conjuntura.

Adotamos como marco histórico, como referência histórica e marco conceitual a Constituição de 1946, embora correndo o risco de nos omitir e de cometer injustiças, fato que, ao longo da nossa exposição, tentaremos corrigir. Adotado esse referencial, teríamos a dizer que a disposição básica, a primeira intervenção básica no São Francisco estaria expressa no art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1946, cujo teor é o seguinte:

"Art. 29 - O Governo Federal fica obrigado, dentro do prazo de 20 anos a contar da data de promulgação desta Constituição, a traçar e executar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes, no qual aplicará, anualmente, quantia não inferior a 1% da renda tributada".

O anúncio dessa política tem todos os requisitos, atributos legais, recursos materiais e objetivos explícitos.

Em 1948, dois anos depois, através da Lei nº 541, foi criada a Comissão do Vale do São Francisco, subordinada à Presidência da República e com a incumbência de organizar e submeter ao Presidente da República, para aprovação do Congresso Nacional, o plano geral de aproveitamento do vale do São Francisco, objetivando a regularização de suas águas, a utilização do seu potencial hidrelétrico, o fomento da indústria e da agricultura, desenvolvimento da irrigação, a modernização dos seus transportes, o incremento da imigração e a exploração de suas riquezas.

O art. 8º estabelecia que as entidades já existentes no vale do São Francisco com a mesma finalidade da Comissão passariam a ser por ela orientadas e fiscalizadas. Era um órgão forte, um órgão gestor, e poderíamos dizer que, àquela altura, tínhamos um gerente institucionalizado para o vale do São Francisco. O plano de aproveitamento geral foi apresentado como mensagem do Presidente da República, em dezembro de 1950. Em dezembro de 1950 e, posteriormente, em outubro de 1951, tivemos modificações no plano. Há algumas observações filosóficas relativas ao plano, elaboradas a partir da mobilização de recursos técnicos e de notabilidades técnicas comandadas pelo engenheiro mineiro Lucas Lopes.

Passo a fazer algumas observações: um plano que não se apóia em investigações amplas e em análises e confrontos detalhados é uma mera opinião. É incapaz de garantir a sua continuidade no tempo. E mais: o que importa para o sucesso de um plano é ele criar confiança e receptividade para suas idéias. Um plano democrático exige que o cidadão dele participe como colaborador e não apenas como beneficiário ou como vítima.

Observem os senhores a influência da conjuntura: o Brasil emergia de um processo de redemocratização.

Finalmente, a eleição do tema central, com o reconhecimento do domínio das águas. Somente depois de ser conseguido tal domínio, seria possível se estabilizar a ocupação econômica da calha fluvial e se desenvolver a produção, o comércio e a vida social. Esse plano foi aprovado e transformado na Lei nº 2.599, de 3/9/55, depois de tramitar no Legislativo durante cinco anos. Assim, quando da sua implantação, já possuía solene carga de anacronismos.

Eram as seguintes as recomendações do plano: regularização do regime fluvial, entendendo-se que a montante da cachoeira de Pirapora e principais afluentes deveria partir dos afluentes e não do leito principal.

Deveria ser vetada a barragem de Sobradinho, por ser antieconômica para o atendimento da necessidade de eletrificação da região e por não resolver de forma

econômica o problema da irrigação.

Quanto à eletrificação, havia apenas a previsão de Sobradinho para ampliar o potencial de Paulo Afonso e a criação, dentro do modelo da época, de uma sociedade anônima para a Companhia de Eletrificação do Alto São Francisco.

Irrigação: eram abordados, em uma primeira fase, um plano bienal, apenas nas áreas cultiváveis nas proximidades da represa, e a implantação de campos de irrigação em regime de cooperação entre a União, a Companhia do Vale São Francisco e os agricultores.

Na realidade, tivemos - e era de se esperar - uma certa frustração com o plano. Em primeiro lugar, a partir do processo de tramitação. Volto a lembrar que houve um longo processo de tramitação, já que durou sete anos - de 1948 a 1955 -, ou seja, 1/3 do tempo de vigência da concessão do benefício constitucional, e nove anos desde a sua constituição, o que vale dizer, quase metade do prazo de vigência do benefício constitucional.

O plano tinha uma ausência evidente de visão global do vale do São Francisco. Apesar de ser um plano de aproveitamento econômico, pecava por não definir o estilo de desenvolvimento econômico - pecado que até hoje permanece na nossa administração pública - a ser imposto à sociedade do vale do São Francisco.

O suporte institucional manifestou-se fraco, embora sendo forte a Comissão do Vale São Francisco. Tanto assim que, na segunda mensagem enviada pelo Presidente Getúlio Vargas, este fazia a transferência dos órgãos dispondo que o DNOCS e a CHESF deveriam receber orientação da comissão, respeitando a sua atuação.

Àquela altura, tínhamos o processo de criação da SUDENE, com um novo conceito de planejamento e com amplo respaldo político-institucional, embora apenas 58% do vale do São Francisco esteja incluído no Polígono das Secas.

A implantação de uma política de desenvolvimento de caráter urbano e industrial determinou a revisão da utilização do potencial hidroenergético do rio São Francisco. Apenas como referência histórica, quando foi promulgado o plano, em 1955, Paulo Afonso já tinha comissionado suas três modestas unidades de 60mwh. Isso liberou uma demanda reprimida e trouxe um estilo de desenvolvimento urbano e industrial a ser consolidado pela SUDENE.

Três Marias, construída pela Comissão do Vale do São Francisco em 1957 e comissionada em 1971, em tempo absolutamente recorde, foi a materialização plena e definitiva do plano geral de desenvolvimento do São Francisco.

O órgão gestor do São Francisco foi altamente comprometido, porque a Comissão do Vale, criada em 1948 e vinculada diretamente ao Presidente da República, foi extinta em 1967, quando foi criada a Superintendência do Vale do São Francisco, a SUVALE, pelo Decreto-Lei nº 292 de 1967. Na época, já tínhamos uma reorganização da administração pública no Brasil, já tínhamos outros conceitos administrativos. Digase de passagem que, em fevereiro de 1977, tivemos a primeira sistematização da estrutura de serviço público, com o Decreto-Lei nº 200, em que se definiam os níveis de esfera do poder público, ou seja, os órgãos de prestação de serviços.

O objetivo da SUVALE era promover o aproveitamento econômico dos recursos naturais, programar e executar os serviços e obras necessárias à regularização dos seus afluentes e disciplinar o uso das águas do rio São Francisco e seus afluentes. O citado decreto-lei determinava a adoção pela SUVALE das diretrizes estabelecidas pela SUDENE e a observância das disposições da Lei nº 4.869/65 (Plano Diretor da SUDENE.)

Posteriormente, em 1964, o órgão gestor, gerente institucional do vale, foi extinto e transformado, através de lei, na Companhia para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF -, empresa pública, ou seja, com exploração da atividade econômica exercida pelo Estado, que assumia a personalidade jurídica de direito privado para gerenciar o vale do São Francisco. A CODEVASF tinha o objetivo de promover o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e do solo do rio São Francisco, podendo coordenar ou executar obras de infra-estrutura, particularmente de captação de águas para fins de irrigação, e também obras de saneamento básico, eletrificação e transporte, conforme plano diretor, em articulação com os órgãos federais competentes.

Era, ainda, estabelecido na lei que, "no exercício das suas atribuições, poderá a CODEVASF atuar, por delegação dos órgãos competentes, como agente do poder público, desempenhando função de administração e fiscalização do uso racional dos recursos de água e solo". É um processo bastante interessante, e talvez isso justifique o fato de não termos um gerenciamento contínuo ao longo dessas décadas, apesar de a lei definir um gerente institucional para o vale do São Francisco.

A atuação da CODEVASF, a exemplo da SUVALE, ainda permanece subordinada ao planejamento regional, uma vez que a Lei nº 6.088, de 1974, no § 1º do seu art. 4º estabelece que, "nas áreas coincidentes com a SUDENE, os dois órgãos atuarão coordenadamente a fim de garantir a unidade da orientação política e econômica e a eficiência dos investimentos públicos e privados na região". Essa articulação prevista, com o poder de atuação por delegação, trouxe congestionamento institucional

ao vale do São Francisco. Ao ser estabelecido que a CODEVASF poderia atuar "por delegação dos órgãos competentes", ficou implicitamente admitida uma pluralidade de competências e uma decorrente diversificação de autoridades na região, tornando-se evidente uma significativa alteração do modelo de gerenciamento inicialmente instituído para a bacia hidrográfica do rio São Francisco.

Nesses termos, entre as competências e autoridades instaladas na região do São Francisco, é possível identificar vários órgãos. O Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE -, órgão central de direção superior do Ministério de Minas e Energia, ao qual, nos termos do art. 15 do Decreto nº 75.468, de 1975, incumbe a coordenação e a execução dos estudos hidrológicos em todo o território nacional, a supervisão, a fiscalização e o controle dos serviços de eletricidade. O DNAEE também é detentor de competência para participar do controle de qualidade das águas de domínio da União. Esse é um conflito que sentimos ontem à tarde. O Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS -, transformado em autarquia federal através da Lei nº 4.229, de 1963, com a competência definida "na área dentro do Polígono das Secas" para, entre outras, examinar e opinar sobre projetos, serviços e obras a cargo de outros órgãos públicos federais (...) cuja execução interfira com as suas atividades. Como registro histórico, faço questão de deixar bem claro, até para me penitenciar de um arbítrio que assumi, em 1946, como marco histórico e temporal, que o DNOCS foi o responsável pela primeira intervenção significativa no vale do São Francisco, através da Comissão de Estudos instalada em 1938, na cidade de Itaparica, posteriormente Petrolândia, com a incumbência de coordenar e realizar estudos com vistas à navegação, irrigação e geração de energia elétrica. Esses estudos até agora constituem valiosíssimo acervo técnico. Volto à figura do engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, naquela época, solitariamente instalado, com poucos recursos e que, no entanto, desenvolveu brilhante trabalho. O Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS -, transformado em autarquia federal através da Lei nº 4.089, de 1962, com a atribuição de promover a realização ou participar de estudos e projetos visando ao aproveitamento múltiplo e racional dos recursos hídricos e zelar por sua correta utilização nas bacias hidrográficas da sua área de atuação, em cooperação com entidades competentes, surgiu da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, que teve uma ação preponderante no Sul e no Nordeste, como órgão de macrodrenagem urbana. Por causa dessa abertura nas atribuições da CODEVASF, teve uma participação intensa, comandando, inclusive, o primeiro projeto de transposição. O primeiro estudo sobre o processo de transposição, publicado pela Sociedade Mineira de Engenheiros, realizado em 1959, defendeu perante a sociedade esse plano, que tinha objetivos definidos. Em novembro de 1983, o DNAEE publicou uma matéria sobre os estudos de transposições, fazendo, inclusive, avaliações sobre a transposição do rio São Francisco. Em agosto de 1984, o Diretor do DNOS fez uma exposição ao Estado-Maior das Forças Armadas, apresentando formalmente a transposição das águas do São Francisco para as outras bacias de Pernambuco e do Ceará. Esse projeto, que a sociedade diz não conhecer, é idêntico ao que foi apresentado em 1984 e reformulado em 1985 com o objetivo de aproveitar os recursos locais nos próximos dez anos. Somente aí seria feita a transposição física, porque 70% do custo era com elevatória.

Acredito que, no Brasil, ao longo dos últimos dez anos, não houve uma atuação significativa do poder público; no entanto, hoje, esse processo foi retomado. Declaro que é um fatalismo histórico e técnico a integração das bacias hidrográficas da região. Muitas vezes, se temos a solução, não temos o problema equacionado. Se temos a felicidade de encontrar a solução adequada para um problema bem formulado, resta saber se a solução está no tempo.

São essas as indagações que fazemos. Mas essa foi a intervenção do DNOS. Tivemos, também, a falecida Empresa de Portos do Brasil S.A. - PORTOBRÁS -, criada pela Lei nº 6.222, de 1975, e incumbida transitoriamente de exercer a supervisão, a orientação, a coordenação, o controle e a fiscalização das atividades relacionadas com a construção, a administração e a exploração de portos e das vias navegáveis interiores. Estilo de desenvolvimento e definição de prioridades: no plano de emergência de 1943, o Dr. Afonso Portugal conseguiu priorizar a navegação no São Francisco. No plano geral, a parte (...) do São Francisco foi relegada, também, em função da prioridade dada à navegação. Hoje em dia, a navegação do São Francisco é objeto de críticas contundentes e de perplexidade.

A Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF -, sociedade de economia mista "autorizada a funcionar como empresa de energia hidráulica" através do Decreto nº 19.706, de 3/10/45, e à qual, em seguida, foi outorgada concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica do rio São Francisco no trecho compreendido entre a ponte que interliga as cidades de Juazeiro e Petrolina e a confluência do rio São Francisco com o rio Grande, no Estado da Bahia. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE -, criada pela Lei nº 3.692 e atualmente identificada como autarquia em regime especial, com a finalidade de estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste e de supervisionar,

coordenar e controlar a elaboração e a execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionam especificamente com o seu desenvolvimento.

Um anúncio nessa constelação burocrática: quarta-feira passada, numa exposição do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, no Recife, o Embaixador Vilar Queiroga anunciou um novo órgão a atuar na bacia hidrográfica do São Francisco em função do processo de transposição e até comunicou que possivelmente seria a CODEVASF em fusão com qualquer outro órgão, quer dizer, esse elenco ainda está incompleto. Existem expectativas.

Um aspecto que considero uma intervenção interessantíssima ocorrida por essa época foi a missão do "Bureaux Réclamation". Em 1964, decorrente de um acordo de cooperação internacional, tivemos uma missão do "Bureaux Réclamation", do qual tivemos derivações importantíssimas de política no vale do São Francisco. O objetivo era elaborar relatórios de reconhecimento de bacias selecionadas, com vistas à definição de recomendações detalhadas das investigações, dos estudos e das pesquisas necessárias ao planejamento, e recomendar a ordem de prioridade daqueles a serem submetidos a estudos de viabilidade. Buscava-se, também, examinar e fornecer assistência técnica aos projetos de irrigação e à formulação das práticas e dos procedimentos a serem estabelecidos pelas instituições brasileiras incumbidas de promover o desenvolvimento da agricultura irrigada no Nordeste brasileiro. A equipe técnica decidiu concentrar as suas atividades na bacia do rio São Francisco. Após quatro anos, em fevereiro de 1968, foi emitido um relatório de identificação e avaliação dos recursos hídricos e de solo do Nordeste. Peço licença para ler as conclusões, até como ordenamento de antecedentes e indicador de conseqüentes. (- Lê:)

"Conclusões

1. Existência de um potencial hidrelétrico da ordem de 12.000MW capaz de atender ao mercado até o ano de 1990.

2. Um grande potencial para irrigação sendo estimado em 3.000.000ha de área agricultável (podendo ser ampliado com o uso da água subterrânea); também navegação, controle de cheias e piscicultura foram abordados, porém a recomendação de caráter institucional mais importante era a da criação de uma forte e agressiva organização para promover o desenvolvimento do uso do solo e da água na bacia.

Curiosidade: características: os empregados da empresa deveriam receber salários equivalentes àqueles pagos através da iniciativa privada no setor e deveriam trabalhar em regime de tempo integral, não sendo permitido o engajamento em atividades conflitantes; que este órgão deveria ter condições de recompensar o pessoal com rendimento adequado e demitir os servidores incompetentes".

A SUVALE resultou da missão do Bureau of Reclamation e de uma recomendação de natureza institucional. Na verdade, tivemos também outras intervenções bastante significativas. Com ações derivadas da missão Bureau of Reclamation, houve o aproveitamento dos recursos hídricos.

Em 1968, através de portaria, foi criado o Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Região Nordeste do Brasil. Dessa ação derivada, foi emitido um documento importantíssimo, em fevereiro de 1973, sobre os estudos energéticos do Nordeste. Aí, foi institucionalizada a famosa divisão de queda do rio São Francisco com o aproveitamento do seu potencial hidroenergético. Esse estudo teve grande repercussão institucional e é bem aceito até o presente momento. Naquela época, a CEMIG, através da CANAMBRA, também teve o seu inventário de recursos hídricos na parte superior do rio São Francisco e, por volta de 1984, o atualizou. No momento em que foram realizados esses estudos, Sobradinho teve a sua quota evoluída. Então, através de portaria do Ministro Dias Leite, baixada em fevereiro de 1973, foram fixados os requisitos mínimos para o fornecimento de energia elétrica, ou seja, uma vazão de 2.700 m³/s.

Vejam os senhores: uma política setorial definida, com ampla repercussão, porque no momento em que se garantiu um fornecimento de energia elétrica, consolidou-se um estilo de desenvolvimento. Podemos ver que nem sempre o anúncio de uma política, através de uma hierarquia superior, tem afetividade como essas. Temos uma política energética do Nordeste conduzida com requisitos mínimos de garantia de fornecimento de energia elétrica. O São Francisco não tem vazão regularizada. É também derivado dele o processo de inventário de projetos de irrigação conduzidos pela CODEVASF.

Posteriormente à missão Bureau of Reclamation - AID -, tivemos instalada uma marca política no Brasil. A partir de 1973, na Conferência de Estocolmo, foi priorizada a preservação ambiental, com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente - SEMA -, do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA - e do órgão central do meio ambiente - CONAMA. A SEMA, órgão posteriormente assumido pelo IBAMA, tem como atribuição promover a elaboração e o estabelecimento de normas e de padrões relativos à preservação do meio ambiente, em especial dos recursos hídricos, que assegurem o bem-estar da população e seu desenvolvimento social.

Por outro lado, nitidamente identificada ao elenco de providências governamentais, objetivando a utilização racional dos recursos naturais e a busca de soluções para o

complexo problema da gestão do sistema de recursos hídricos no território nacional, foi a criação do Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas - CEEIBH -, através da Portaria Interministerial nº 90, de 29/3/78 (Ministério das Minas e Energia e do Interior).

Vou, então, passar do histórico para as recomendações.

Nessa época, devido à fraqueza do sistema formal, surgem, na própria sociedade, mecanismos informais e, entre eles, os órgãos gestores dos recursos hídricos.

Ao longo de seis reuniões se fixaram alguns conceitos que, inclusive, hoje em dia estão bastante associados ao próprio ensino de gestão de recursos hídricos. Um deles foi o de associar-se a unidade de planejamento da bacia hidrográfica. Com isso, o planejamento regional deveria ser subordinado à bacia hidrográfica. Isso conduziu aqueles que participaram dos órgãos a um compromisso de propugnar por soluções desse tipo. Inclusive, houve o compromisso de lutar junto à classe política por um instrumento adequado, que foi a Constituição de 1988, que possui um dispositivo que determina a implantação do sistema nacional de recursos hídricos, o qual até hoje não foi cumprido.

Congestionamento do espaço. Observou-se que isso está difícil, mas é requisito absoluto para que se tenha a definição.

Vou concluir, Sr. Presidente, com o que seria a avaliação. No decorrer de cinco décadas é possível afirmar, com absoluta tranqüilidade, que o vale do São Francisco nunca foi contemplado com uma política contínua de natureza incremental, só o sendo com ações espasmódicas, grandiloqüentes e ambiciosas.

Embora as intervenções do poder público na região pudessem ser identificadas como de natureza organizacional, frustram-se nesse objetivo pela inexistência pelo menos de uma entidade dotada de um modelo institucional adequado às ações requeridas.

Recomendação e apelo. Comitê de bacias. O CEEIVASF deve ser consolidado na sua missão. No início, era o chamado Fórum Institucional da Bacia Hidrográfica do São Francisco. Com o comprometimento e a perplexidade da estrutura do serviço público, suplica-se a seu Presidente que use sua capacidade técnica, criatividade pessoal e poder de mobilização no sentido de que se tenha a CEEIVASF cada vez mais ligada à sociedade, ou seja, que seja associada a uma organização não governamental, porque, dentro dos padrões modernos, é dotada de maior credibilidade, mobilidade e até de recursos externos.

Segundo, que não seja permitida - essa é também uma súplica - nenhuma intervenção na bacia hidrográfica do São Francisco, sem que se tenha a definição do sistema de gerenciamento de recursos hídricos. Sem isso, corremos risco, pois temos ações isoladas, pontuais, e um maior congestionamento do universo burocrático no vale do São Francisco. Obrigado, Sr. Presidente. Desculpe-me pela demora.

O Sr. Presidente - Neste momento, a Presidência passa a palavra ao Dr. José Theodomiro de Araújo, Presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do São Francisco - CEEIVASF -, para proceder à apresentação da proposta de criação da União dos Prefeitos do Vale do Rio São Francisco - UNIVALE -, e à discussão a respeito de seu estatuto.

Com a palavra, o Dr. José Theodomiro de Araújo.

Apresentação da proposta de criação da UNIVALE e discussão e apresentação de proposições relativas à UNIVALE e a seu estatuto

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Senhor Presidente, demais membros da Mesa, senhoras e senhores, ilustres Prefeitos do vale do São Francisco; embora tenhamos nos esforçado, e a Assembléia haja convidado os 442 Prefeitos da bacia do São Francisco, o número dos que compareceram não correspondeu à expectativa, pois esperávamos que aqui viessem pelo menos uma centena de Prefeitos. Mas temos aqui uma representação do Estado de Sergipe, com os Prefeitos de Propriá e de Penha; da Bahia veio o Prefeito da cidade de Barra, e vieram Prefeitos mineiros, notadamente do alto São Francisco. Estão aqui o Zezinho, de Lagoa da Prata, o Manoel, de Três Marias, o Prefeito de Morada Nova de Minas, ou seja, a maior representação é de Três Marias para cima, e, à exceção de Pirapora e Divinópolis, a representação maior é a do alto São Francisco. De qualquer sorte, o vale está representado nas suas seções com Prefeitos do alto, médio, submédio e baixo São Francisco.

A idéia de criar da União dos Prefeitos faz parte de um trabalho que se vem realizando desde 1989, tendo em vista tirar a bacia do São Francisco da orfandade política e fazer com que muitos problemas, comuns a grupos de municípios, possam ser resolvidos através de um consenso, de uma parceria entre eles, viabilizando assim o desenvolvimento de alguns projetos no âmbito da bacia e facilitando a prestação de consultoria sobre problemas próprios dos municípios e também genéricos de cada microrregião, que poderiam ser resolvidos em bloco.

Para nós, que vimos fazendo esse trabalho, o importante, o fundamental é que o José, em Lagoa da Prata, possa ter plena informação sobre o que está ocorrendo, por exemplo, em Barra, com o Joaquim. Com isso poderíamos ter, realmente, uma bacia hidrográfica como base de planejamento para um corpo único de execução. Temos

problemas sérios em todas as cidades do vale, como o problema de saneamento básico. Às vezes um município não pode, isoladamente, arcar com a despesa, mas em parceria com quatro ou cinco poderia fazer um projeto único para uma microrregião e conseguir os recursos financeiros necessários. Às vezes um município apresenta um projeto muito pequeno para interessar um agente internacional, mas se se juntar a dez ou doze municípios, em parceria, eles poderão ter um projeto de magnitude que possa interessar a algum agente financeiro, dentro daquele limite.

Dentro dessa expectativa é que ressaltamos outro fato importante para a região: o Legislativo está com os olhos voltados para os problemas da bacia do São Francisco.

É preciso que a unidade municipal do Executivo tome todas as ações, porque não adianta termos somente a legislação. É necessário que o Executivo esteja devidamente capacitado e ordenado para atender e executar a lei.

Assim, pensamos na formação da união das Prefeituras, solicitamos a minuta dos estatutos, que poderá sofrer modificações e acolher novas idéias. Essa minuta estará, assim, logicamente, sujeita a críticas e sugestões, podendo ser modificada por qualquer um dos municípios.

Vamos passar a receber proposições e comentar apenas a finalidade e a competência da UNIVALE, e falar um pouco sobre a união das Prefeituras. Já houve até mesmo quem comentasse que não deveria ser usada a sigla UNIVALE, porque já está muito batida essa questão, e que era necessário pensar em outra coisa.

A UNIVALE teria por finalidade defender a bacia do São Francisco nas diversas esferas governamentais, com vista ao desenvolvimento, de forma a buscar melhor qualidade de vida para a população dos municípios que dependem daquela bacia.

Será competência da UNIVALE, em caráter institucional, representar os municípios, em conjunto, e realizar encontros institucionais em nível regional ou federal, para discutir os problemas da bacia.

Quando iniciamos a CIPE - São Francisco, as diversas Assembléias tinham uma visão do São Francisco muito restrita, somente voltada para os problemas das áreas que estavam em seus Estados. Por exemplo, a Assembléia de Pernambuco conhecia plenamente o São Francisco, mas no setor pernambucano. Às vezes, nem os problemas da outra margem fronteira interessava àquela Assembléia.

Minas Gerais não tinha conhecimento do que acontecia na foz, nem do que acontecia nos barramentos. Minas não tinha idéia de que havia 5.600 famílias assentadas há mais de 5 anos, recebendo 2 salários mínimos, mas sem condições de trabalhar, inseridas em um processo totalmente improdutivo. Isso representa um problema social sério. Minas não tinha conhecimento de que, na região dos barramentos, os pescadores vivem se queixando da escassez dos pescados. Minas não sabia que o mar, em determinado momento, entra no rio São Francisco e caldeia a água com águas salinas. Então, depois da CIPE, em decorrência de várias reuniões, as Assembléias passaram a tomar conhecimento dos problemas da bacia como um todo. Hoje, os Deputados mineiros já conhecem todos os problemas do São Francisco. Posso chamar aqui o Deputado Clêuber Carneiro, e ele poderá dar aula sobre o São Francisco. Esse foi um grande resultado da CIPE.

As legislações que devem ser discutidas nos Plenários das Assembléias dos Estados devem ter a maior clareza, para que sejam resolvidos os problemas referentes ao São Francisco. Temos que relacionar os projetos de lei que deverão ser aprovados pelas diversas Assembléias Legislativas. Depois desta reunião, a CIPE vai relacionar uma série de projetos de lei de interesse da bacia, que deverão, simultaneamente, ser aprovados nos Plenários das cinco Assembléias Legislativas. É importante que o Prefeito de São Roque de Minas saiba o que está se passando em (...) do Sul, na foz. Que o Prefeito de Sobradinho, que hoje tem um problema - um lago imenso, como o de Sobradinho, com 4.000.000m² de área, em região cuja população não tem hábito de vida lacustre, não sabe lidar com aquela massa líquida - saiba que o Prefeito de Três Marias, Manoel Castelo Branco, tem problemas com o lago, também. Então, esses Prefeitos têm de se encontrar, juntamente com os Prefeitos de Itaparica e Paulo Afonso, que também têm problemas de vida lacustre. Todos precisam se encontrar para saber como resolver o problema em conjunto. É muito mais forte os Prefeitos das zonas lacustres irem, em conjunto, procurar o Presidente da CEMIG ou da CHESF do que partirem para uma ação isolada.

Há problemas dessa ordem na região, os quais, dentro de uma visão macro da bacia, precisam ser vistos e estudados não de forma pontual, mas como um todo, mentalizando sempre que a bacia hidrográfica é um corpo, e que qualquer intervenção em um dos seus membros repercute no geral. Tudo que acontece na bacia vai-se refletir lá adiante, qualquer intervenção que se faça vai repercutir em toda a bacia. Quando foi construída, Sobradinho regularizou a vazante, mas lá em baixo, na foz, o São Francisco tinha várzeas, onde se plantava arroz. Havia um grande fluxo, e as águas inundavam aquelas várzeas. Havia também um sistema de comportas, e, junto com o plantio de arroz, eles criavam peixes. Com a regularização do rio, parte da região passaria a não receber água, e a outra parte, a ter inundações. Seria necessária a

construção de diques e o bombeamento de água. O agricultor passou a reclamar de água, pois deixou de ter o que chamam de "água gorda", cristalina, sem aquele húmus natural. Passou a utilizar fertilizante químico, e todo o referencial mudou totalmente para a população, pelo impacto sobre a natureza e pelo impacto social.

O hidrólogo Henrique Portugal, já em 1940, entendeu o movimento das dunas com as marés, na foz do São Francisco e, quando Getúlio começava a falar em construir as hidroelétricas, encerrou seu relatório dizendo: "Sabe-se que o Governo Federal pretende construir grandes estruturas para a geração de energia, no alto e no médio São Francisco. Advirta-se que um rio como o São Francisco não pode ser interceptado setorialmente, sob pena de se causarem drásticos prejuízos ao baixo São Francisco". E não deu outra. Vamos pegar todos de surpresa, tirar as pessoas dali e fazer os diques, às carreiras, para proteger as áreas, depois bombear, etc. Isso é devido à falta de recorrência histórica e à falta de consulta bibliográfica, pois todos já diziam isso.

Então, para que não ocorram essas leviandades, é necessário que estejamos juntos, conversando, sempre, sobre o São Francisco (de minha parte, falo sobre isso quase 24 horas por dia). É falando sobre o São Francisco, discutindo, conversando nos corredores, que aprendemos sobre o assunto. Ora, por que estou na CIPE - São Francisco? Porque estou a par de seus problemas. Sei, por exemplo, que, em Morada Nova, há o sério problema do transporte; para atravessar, a população precisa usar a balsa. Além disso, o que a CEMIG paga à CODEVASF pela utilização da Barragem de Três Marias não é suficiente para pagar o óleo das balsas que servem ao transporte da população da cidade. Não é verdade? E o transporte da população, que ficou ilhada, é um problema sério para a Prefeitura de Morada Nova.

Assim, em poucos instantes, relacionamos, aqui, uns quatro ou cinco problemas municipais de que os outros Prefeitos talvez não tenham conhecimento, embora pudessem estar ajudando a resolvê-los. A UNIVALE teria, então, a finalidade de realizar encontros institucionais, em nível regional ou nacional, para que se discutam os problemas da bacia. Por que não, já que temos essa relação estreita com o rio? Ontem, um Deputado do Rio de Janeiro dizia, aqui, que estava impressionado, porque nas bacias do Sul não há essa relação estreita entre a população e o rio. Contudo, aqui, temos essa característica, até mesmo porque o São Francisco atravessa uma região semi-árida, sem água. Assim, é claro que a população tem mesmo de se relacionar diretamente com esse rio. Bem, discutir os problemas é uma das finalidades da UNIVALE. Outras: participar, com entidades representativas, de congressos e encontros, em nível regional, estadual ou nacional, quando houver evidente interesse dos municípios; defender o princípio do planejamento, levando a bacia à comunidade. Sobre esse aspecto, levantou-se, ontem, um problema interessante, que diz respeito à geração de água e a sua proteção, através das microbacias, o que é um trabalho de base eminentemente municipal. Também é uma função muito importante da UNIVALE, em nível político e institucional, discutir e interferir nos programas globais de aproveitamento dos recursos naturais da bacia. Muitas vezes, nos fazem "engolir" programas, vindos de cima, sem saber se a população do município tem ou não interesse naquele programa. Quase sempre, alguém, em Brasília, sonha com alguma coisa e consegue executá-la, sem consultar a população. Por exemplo, alguém resolve que quer criar pato azul, e, num instante, teremos ali o pato da cor azul. Eles poderiam, pelo menos, procurar saber se as pessoas gostam da cor, não é? Assim, temos de interferir nos programas globais, pois a base de tudo é o município. Na hora de se implantar algum programa, o município tem de ser ouvido. Temos, ainda, de defender o meio ambiente ligado à bacia, recuperando e preservando seus recursos naturais, com vistas a garantir a qualidade de vida dos seus habitantes. Finalmente, deverá a UNIVALE atuar junto aos Poderes constituídos, discutir, analisar e buscar corrigir a atuação destes na área da bacia. No Estado e no município, a sua atuação tem de ser discutida, exercendo-se ações políticas necessárias ao desenvolvimento sustentável da bacia.

E ainda: (- Lê:)

"*II - em caráter de serviço:

- a) prestar assistência técnica especializada ou colocá-la à disposição;
- b) realizar cursos, encontros e estudos relativos aos interesses dos municípios da bacia;
- c) apoiar os municípios da bacia, colocando à disposição assessoria especializada para elaboração de estudos relativos aos interesses técnicos dos mesmos;
- d) publicar livros e revistas especializadas de interesse técnico dos mesmos ou não, sempre voltados para a bacia do São Francisco;
- e) manter atualizado um banco de dados sobre os municípios da bacia;
- f) manter estreito intercâmbio entre os municípios da bacia;
- g) acionar judicial ou extrajudicialmente, de maneira coletiva, quando subsistir interesse coletivo dos municípios;
- h) estimular o estudo da bacia do rio São Francisco nas escolas, com vistas à

preparação das novas gerações para o seu desenvolvimento;

1) promover eventos culturais que mantenham vivas as tradições culturais, em estreito intercâmbio entre as várias regiões da bacia.

Art. 3º - Para o fiel cumprimento de suas finalidades, poderá a UNIVALE:

I - promover consórcios entre os municípios para consecução de projetos e obras de interesse coletivo, especialmente nos setores de saneamento, saúde, educação e habitação;

II - celebrar convênios, acordos, contratos e demais instrumentos congêneres com instituições públicas ou privadas, locais, estaduais, nacionais, estrangeiras e internacionais;

III - delegar competência a entidades regionais, setoriais e locais;

IV - colaborar com os municípios na elaboração de programas locais;

V - manter atualizado o banco de dados sobre os municípios da bacia;

VI - exercer outras atividades indispensáveis ao cumprimento de seus objetivos".

Essas são as finalidades. O que se imaginou de estrutura administrativa seria uma diretoria com o Presidente e os Diretores, um conselho consultivo, um conselho fiscal e as seccionais dos Estados.

Pretendemos, inclusive, colocar aqui as sedes dessas seccionais. Pretendemos colocar, também, que a Presidência não seja fixa, dada a extensão da bacia. Houve uma sugestão para que, se o Presidente eleito for do Estado de Sergipe, ele exerça seu cargo na seccional de seu Estado, evitando, assim, deslocamentos caros, etc.

Tínhamos sugerido que a seccional de Minas Gerais tivesse sede em Belo Horizonte, a da Bahia, em Juazeiro, a de Pernambuco, em Petrolina, a de Alagoas, em Penedo, e a de Sergipe, em Propriá.

A cada seccional compete: (- Lê:)

"Art. 18 - Compete a cada seccional:

a) representar a Diretoria Executiva em sua jurisdição;

b) promover seminários e grupos de estudos no âmbito de sua área de trabalho;

c) preparar e encaminhar à Diretoria Executiva plano anual de trabalho;

d) apresentar prestação de contas dos recursos recebidos;

e) demais atividades correlatas".

(* - Publicado de acordo com o texto original.)

Acho que fazer esta leitura seria muito enfadonho. Daqui em diante há os cargos. Os senhores receberam o estatuto. Creio que o Prefeito de Divinópolis apresentou uma proposta, e eu pediria à Dra. Regina, que o está representando, que a colocasse neste momento.

A Sra. Regina (Representante do Prefeito de Divinópolis) - Em primeiro lugar, gostaria de dizer que o Dr. Aristides me pediu que o representasse, hoje, nesta Assembléia, em virtude de estar num movimento ativo na cidade, que comemora seu aniversário. Ele, que é um grande batalhador na área ambiental de preservação do São Francisco, sente-se muito triste por ter compromissos inadiáveis, em função do aniversário de Divinópolis, hoje.

Também o Prefeito de Bom Despacho está ausente, por causa do aniversário de sua cidade. São dois Prefeitos do alto São Francisco que vêm atuando muito na área ambiental, na preservação do rio.

Na análise que fizemos da proposta de estudo, Divinópolis apresenta algumas sugestões de alteração. A primeira proposição é que no art. 2º, que estabelece as atividades a serem exercidas pela união das Prefeituras, houvesse também um item em que fossem incluídas as entidades não governamentais. Alguns municípios já têm suas associações e conselhos, ou mesmo algum órgão ambiental. Divinópolis tem três grupos ambientalistas registrados em cartório.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Regina, como se trata de uma união das Prefeituras, os CODEMAS podem ser elementos de assessoramento aos Prefeitos. Outra opção seria que a União tivesse uma diretoria de meio ambiente. Aqui se trata de uma união de Prefeituras, quer dizer, do poder público. As outras organizações são não governamentais. Poderíamos modificar essa proposta, para que se incluía no quadro uma diretoria de meio ambiente. Isso, na parte de busca de apoio. Numa das competências, também se enquadraria essa busca de apoio dos órgãos não governamentais, nas ações.

O art. 17, que se refere às seccionais, não tem redação muito clara. (- Lê:)

"A UNIVALE disporá de cinco seccionais com jurisdição nos municípios do vale do São Francisco, em cada Estado, cujos diretores seccionais serão eleitos dentre os Prefeitos de cada região."

Não ficou explícito se cada Estado terá sua seccional, ou se cada Estado só poderá ter uma seccional. Minas Gerais e a Bahia são Estados muito grandes. Inicialmente, deverão ter só uma seccional?

O Sr. José Theodomiro de Araújo - A idéia foi a de haver uma seccional por Estado.

A Sra. Regina - A maneira como o artigo foi redigido não permite uma interpretação muito clara. Talvez a redação devesse ser modificada.

No § 2º, quanto à sede das seccionais, foi questionado o motivo de a seccional de

Minas Gerais ser em Belo Horizonte. Todas as outras seccionais são no interior dos Estados. Por que não essa seccional também ser no alto São Francisco, em um dos municípios do interior, em vez de ser na Capital? Estaremos distantes, porque aqui temos simplesmente córregos. O São Francisco, em si, está interiorizado.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Regina, gostaria de esclarecer que o § 2º do art. 17 diz que as sedes seccionais nas seguintes cidades: seccional de Minas Gerais, seccional da Bahia, seccional de Pernambuco...

A Sra. Regina - Isso, nós entendemos. A maneira como está redigida lá em cima, "...disporá de cinco seccionais com jurisdição nos municípios do vale São Francisco em cada Estado...", é que não ficou clara. Aqui é que tem que melhorar, porque é o "caput" do artigo que manda.

No art. 18, a competência de cada seccional foi colocada na alínea "a", que se refere à representação da Diretoria Executiva em sua jurisdição.

Na alínea "b", colocou-se a parte de promover seminários. Ele também apresenta a sugestão de promover encontros. Deve-se acrescentar a palavra "encontros". E acrescentar também no corpo, porque a alínea "c" fala de preparar e encaminhar à Diretoria Executiva plano anual de trabalho.

Na alínea "d", apresentação de proposta de prestação de contas de recursos recebidos.

Antes de finalizar as demais atividades correlatas, gostaria de fazer mais uma sugestão, que seria atuar, junto aos órgãos constituídos, em nível estadual, discutindo, avaliando, buscando soluções para a recuperação dos recursos naturais, visando à melhoria da qualidade de vida dos habitantes das comunidades. Que as seccionais pudessem ter também essa função.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Gostaria que você nos desse essa proposta, porque, dada a ausência de muitos prefeitos, não teremos condições de criar a União. Só estão presentes 18 Prefeitos.

- Lê nome dos Prefeitos e representantes de Prefeitos presentes.

Então, gostaria de receber mais algumas sugestões. Gostaria de saber a opinião dos presentes sobre o assunto.

O representante do Prefeito de Pirapora - O caso de Pirapora é idêntico ao de Divinópolis, pois hoje é aniversário da cidade também. Por isso, o nosso Prefeito não pôde estar presente. Vamos torcer para que isso seja em Pirapora, pois temos a responsabilidade dobrada de defender o rio. Em segundo lugar, estamos defendendo o "Gaiola", que é o único gaiola do Brasil em funcionamento. Estamos lutando, há um ano, através do Presidente, para municipalizar o "Gaiola".

Em primeiro lugar, estamos defendendo o gaiola, que é o único em funcionamento no Brasil. Há um ano, estamos lutando junto ao Presidente Itamar Franco para obter a municipalização do gaiola, e três empresas já se dispuseram a reformá-lo, a fim de tornar possível navegar o São Francisco. Estamos defendendo o rio e somos favoráveis à idéia da representante do Prefeito de Bom Despacho, mas vamos lutar para que a sede seja instalada em Pirapora. Muito obrigado.

O Sr. Manoel Castelo Branco - Sr. Presidente. Sr. Theodomiro, gostaria de dizer que os Prefeitos presentes, antes dessa disputa bairrista, precisam discutir o aspecto central da idéia. O Prefeito de Coração de Jesus e Presidente da Associação Microrregional dos Municípios da Área Mineira da SUDENE - AMANS -, que, segundo o Sr. Theodomiro já se manifestara, por correspondência, favoravelmente à idéia da criação da UNIVALE, ontem manifestou-se contrário a essa proposição aqui apresentada. A sua proposta foi no sentido de que o fórum de Prefeitos da bacia do São Francisco fosse constituído por delegações das microrregionais.

No meu entendimento, ao fazer essa proposta, ele já se posicionava a favor da entidade, estando a discutir, na verdade, sobre a sua organização e funcionamento. Sou contrário a esse posicionamento, porque tenho pensamento diverso a respeito das microrregionais. O eixo da discussão é verificar se é possível a criação de um ajuntamento institucionalizado dos municípios do vale, o que pode se dar através da união de Prefeitos ou de Prefeituras.

Aproveito para falar sobre o aspecto da organização jurídica dessa entidade que se pretende criar, pois que a união de Prefeituras ou de municípios requer um estatuto jurídico complicado e difícil, por demandar votação na Câmara Municipal, lei específica, etc., sobretudo se se incluir contribuição financeira.

Aproveito para dizer que sou contrário, em caso de se formar uma entidade, a que haja contribuição financeira dos municípios, pois estes, em geral, já contribuem excessivamente. Haveria dificuldade, por parte de alguns, para apresentar proposição autorizativa para se criar uma nova entidade, para a ela se associarem e contribuírem.

Por outro lado, a criação desse fórum político de articulação dos Prefeitos e dos municípios do vale do São Francisco é de extrema importância nesse novo momento da vida nacional, quando estão sendo municipalizados todos os serviços sociais prestados pelo poder público. Ainda assim, essas questões sociais não são discutidas com os

municípios. O problema da bacia do São Francisco reproduz essa disfunção, mas quem lida com os problemas das comunidades são os municípios; somos nós que lidamos com os pescadores que ficam sem peixes e desempregados, porque ficam sem o produto de seu trabalho; somos nós que lidamos com as comunidades que precisam atravessar os lagos para transportar as suas mercadorias e se locomover. Somos nós que lidamos com os problemas das populações que, em razão dos barramentos, fogem das margens das águas e se acumulam nas cidades sem a mínima condição de vida humana; somos nós, os representantes das Prefeituras, que temos que nos articular para propor um plano de turismo integrado para o vale do São Francisco. Está patente que nenhum governo vai implantar turismo ali. O que temos de ter é um plano de turismo dos municípios do vale, que seja capaz de puxar apoio das organizações governamentais e de atrair empresários da área privada para investir no São Francisco.

Alguns municípios, tais como Três Marias, Lagoa da Prata e Divinópolis, iniciaram atividades de plantio de matas ciliares no vale do São Francisco, mas trata-se de uma atividade isolada, que não traz resultado para o conjunto da bacia.

Manifesto-me favorável à idéia de que tenhamos um fórum de reunião, de articulação, de encontros para conversarmos com a CIPA, com a CEEIVASF, com a CODEVASF, com os governos de Estado e para, sobretudo, conversarmos entre nós e com as populações ribeirinhas.

Outro ponto que merece destaque é essa pequena disputa bairrista sobre que município deve sediar a UNIVASF, quando ela for criada e se for criada. Que município vai sediar a seccional? Nos municípios da Bahia, de Pernambuco, de Sergipe e de Alagoas, as cidades mais importantes da bacia estão na calha. São elas Juazeiro, Petrolina, Propriá e Penedo. Em Minas Gerais, não é assim. As cidades mais importantes do São Francisco não estão na calha, estão em seus afluentes. No Paraopeba está Betim; no rio das Velhas, Belo Horizonte e Contagem; no Verde Grande, Montes Claros; no Pará, Divinópolis; no Paracatu, Paracatu; no Urucuia, Unaí e outros mais. Há cidades na calha, tais como Pirapora, Três Marias, Januária e São Francisco, que não são as mais importantes.

Dos cinco Estados que o rio São Francisco atravessa, apenas Minas Gerais tem sua Capital localizada no vale. As Capitais da Bahia, de Pernambuco, de Sergipe e de Alagoas não estão nem na calha nem na bacia. Portanto, Belo Horizonte é legitimamente apontada, na proposta, como a futura sede da seccional. A isso se acrescenta o fato de que Minas não é integrada por uma malha viária que ligue todas as cidades do interior entre si. Os habitantes de qualquer cidade da calha têm mais facilidade de vir a Belo Horizonte do que de visitar outra cidade vizinha. De Lagoa da Prata ou Divinópolis, por exemplo, para se ir a Pirapora tem-se que passar em Belo Horizonte; de Pirapora ou de Montes Claros para se ir a Lagoa da Prata é necessário também que se passe em Belo Horizonte.

Em Belo Horizonte, a única Capital da bacia, conseguimos passar por dentro, pois o acesso é mais fácil para todos nós. Três Marias também poderia pleitear isso, mas não cabe aqui uma disputa regional. Aponto Lagoa da Prata para sediar a reivindicada segunda superintendência da CODEVASF.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Sétima superintendência.

O Sr. Manoel Castelo Branco - A segunda em Minas Gerais.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Há mais alguma manifestação acerca do estatuto? Identifique-se, por favor.

O Sr. Lucas Gontijo Guimarães - Sou Lucas Gontijo Guimarães, Prefeito de Luz. Gostaria de fazer uma colocação quanto à localização da segunda sede da CODEVASF. Em Luz, cidade-pólo, funciona hoje a Associação da Microrregião do Alto São Francisco. Assim, sugiro que a sede seja em Luz, não querendo prejudicar Lagoa da Prata. Isso tem em função de questões mais objetivas. Obrigado.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Esse tema será discutido com o Presidente da CODEVASF, na reunião do CEEIVASF, em Três Marias, nos dias 7 e 8 de julho, quando o colegiado estará reunido. Aproveito a oportunidade para convidar todos que aqui estão. Iremos encaminhar a pauta dessa reunião a todos os Prefeitos do alto e médio São Francisco, para que possam estar ali presentes. Vamos ter a aprovação do estatuto do subcomitê e discutiremos assuntos relativos às questões do lago de Três Marias. O Colegiado do CEEIVASF é composto por órgãos dos cinco Estados, como a CEMIG, empresas de abastecimento, Secretarias de Planejamento, a COELBA, a SUDENE, a ELETROBRÁS, o IBAMA e o DNAEE. O Presidente da CODEVASF já confirmou sua presença nessa reunião, e queremos que o Presidente da CEMIG também esteja presente para que possamos discutir com os Prefeitos do lago de Três Marias assuntos relativos à administração dessas duas empresas, que se superpõem a alguns interesses municipais na área lacustre.

Um participante - Como Prefeito de Morada Nova de Minas, quero dar minha opinião. Está havendo confusão entre Três Marias cidade e Três Marias represa. A represa é constituída, em 80%, por área inundada na cidade de Morada Nova de Minas. Por isso, como Prefeito, não posso deixar de externar meu ponto de vista. O município tem de ser bem representado nesse contexto, porque existem muitas associações. Precisamos de

verbas e, realmente, que sejam aplicados os recursos onde está havendo problema. Morada Nova de Minas tem dado exemplo, através da Polícia Militar, no destacamento da Polícia Florestal, que é modelo em toda Minas Gerais e em toda extensão do vale do rio São Francisco. Assim, alocamos recursos para a preservação do meio ambiente.

Portanto, Morada Nova de Minas não pode deixar de externar seu ponto de vista. Esperamos que realmente aconteçam fatos que venham desenvolver a tão sonhada aspiração dos moradores de Morada Nova, de Três Marias, São Gonçalo do Abaeté, Pompéu, Biquinhas, enfim, os municípios que compõem o lago de Três Marias.

O Sr. Prefeito de Pirapora - Gostaria de dizer que discordo da colocação do Prefeito de Três Marias. A sede não deve ser em Belo Horizonte, porque a mudança da sede da CODEVALE não foi benéfica. Acho que devemos lutar para que a sede seja em alguma cidade ribeirinha.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - O senhor deveria ter dito isso quando o Deputado Roberto Amaral, que foi Diretor da CODEVALE, estava presente.

O Sr. Prefeito de Pirapora - O Deputado Roberto Amaral nos ajudou demais. Sou eleitor dele, mas não há como negar que a transferência da CODEVALE foi prejudicial.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Acho que o grande erro da CODEVALE foi extinguir a diretoria de Belo Horizonte, que é uma região importante para o vale do São Francisco, porque aqui se concentram os grandes agentes poluidores que descarregam na barra do Guaicuí. Belo Horizonte é uma área importante, que merece atenção especial. Aliás, o Dr. Octávio Elísio sempre foi sensível às nossas reivindicações.

O Sr. Prefeito de Pirapora - Gostaria apenas de frisar que lutaremos pelo vale.

O Sr. Prefeito de Três Marias - Encaminharemos essa questão com vistas a cancelar qualquer discussão, proposição ou reivindicação sobre quem vai sediar o quê e concentraremos nossa atenção na discussão da idéia da união dos Prefeitos.

Antes de começarmos a discutir qual município pode sediar a superintendência da CODEVALE, na segunda emenda, seria interessante fazermos um movimento convincente sobre a necessidade da criação da sede da superintendência. Uma vez ganho o pleito sobre a criação da sede, discutiremos sua localização.

Hoje é necessário concentrar nossos esforços na união dos Prefeitos.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Com a palavra, a Sra. Maria do Carmo, Prefeita de Betim.

A Sra. Prefeita de Betim - Acho que antes de discutir o local da sede, precisamos sensibilizar os colegas Prefeitos para a importância da nossa união. Estamos fazendo um trabalho ligado à questão do rio Paraopeba e ainda não conseguimos reunir todos os Prefeitos que estão ao lado do rio Paraopeba. Esse trabalho vai se somar à questão do rio São Francisco.

Temos que estar preocupados com essa questão e sair daqui com a definição de um encontro dos Prefeitos; precisamos reunir o maior número possível deles para poder sensibilizar o Governo do Estado, o Governo Federal ou qualquer entidade ligada à questão. É preciso estarmos fortalecidos e unidos, para depois, aí sim, discutirmos onde será a sede.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Acho que devemos decidir também que estratégia vamos utilizar para a criação da fundação. Acho que não devemos criá-la com esse número tão reduzido de participantes. Talvez a melhor estratégia fosse discutir por microrregiões e concentrar a informação com um representante de cada microrregião, num determinado momento.

O Sr. João Bosco - Sou da Secretaria do Meio Ambiente de Belo Horizonte, representando o Prefeito Patrus Ananias. Concordo com a Prefeita de Betim em que o fundamental não é, no momento, a escolha do local da sede. Belo Horizonte está à disposição para sediar, se for a escolhida, mas acreditamos que a questão mais importante é a sensibilização de todos os Prefeitos para que possamos ter maior representatividade, maior envolvimento.

Em Belo Horizonte temos hoje o PROSAM, e trabalhamos junto com o Governo do Estado num programa de US\$300.000.000,00 financiados pelo Banco Mundial, que visa à despoluição do rio das Velhas. Também a Prefeitura de Contagem está envolvida e comprometida efetivamente com a preservação do rio São Francisco.

A título de encaminhamento, acho que, num primeiro momento, é fundamental que os Prefeitos sejam sensibilizados, principalmente para que possamos discutir o projeto que está no Congresso Nacional e que vai nortear a implementação de uma política de recursos hídricos, não só para Minas Gerais, mas para o todo o País. É fundamental que seja dada prioridade a esse projeto, já que estamos em final de mandato e corremos o risco de ter que começar tudo novamente e todo o processo ficar mais tempo para ser analisado, e ficarmos, conseqüentemente, sem uma política definida.

A título de aglomeração dos Prefeitos, é importante que tenhamos uma definição em nível federal, seja ela boa ou ruim. É pior não termos nenhuma política definida em nível nacional. Essa seria uma sugestão para uma reunião em que se pudesse discutir essas questões.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Ontem o gabinete do Deputado.... nos informou que

estão prontos o substitutivo e o parecer para serem levados a Plenário e nos garantiu que estavam mandando para Salvador um exemplar do parecer e um do substitutivo. Podemos fazer disso um motivo de discussão entre os Prefeitos, para que tomem conhecimento da legislação que está tramitando no Congresso Nacional sobre uma política nacional de gerenciamento dos recursos hídricos nacionais.

A Sra. Regina - Gostaria que os Prefeitos ou representantes de Prefeitos aqui presentes colocassem em votação, nesta reunião, esse estatuto. Caso não seja aprovado, que se crie um projeto com condições de ser aprovado. Se deveríamos convocar todos os Prefeitos do Estado de Minas, da Bahia e de outros Estados, para uma reunião global, ou se sairá daqui, hoje, um estatuto aprovado. Unanimidade não vamos conseguir, pois estamos incorporando cinco Estados. Mas acho que há, nesta reunião, alguns Prefeitos com bom senso, que desejam sair daqui com o estatuto pronto, com uma estratégia de trabalho definida para ser colocada em prática com o auxílio de outros Prefeitos. Talvez convocar todos os Prefeitos para uma outra reunião seja uma posição. A outra é realmente partir para a aprovação desse estatuto hoje, fazer reuniões em cada Estado para eleger os representantes do Estado que irão participar de uma reunião maior. Muito obrigada.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Realmente este momento foi inoportuno, tendo em vista a fase de ebulição política em que vivemos. A maioria dos Prefeitos estava organizando convenções, quando recebeu convite para este seminário. Se por acaso ocorrer o prolongamento dos nossos trabalhos, sugiro que seja marcada uma nova data para o fechamento.

Com a palavra, o Prefeito de Lagoa da Prata, Sr. Sérgio.

O Sr. Sérgio - O ano passado, em Lagoa da Prata, fizemos um trabalho conjunto em duas associações microrregionais, a AMARCE e a ANVI. Tivemos uma participação muito mais efetiva de Prefeitos. Proponho que sejam feitas reuniões de âmbito regional. Assim, teremos condições de estudar o regimento e todas as propostas e, numa outra data, definirmos essa questão.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Em votação, a proposta do Prefeito de Lagoa da Prata. As pessoas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Vamos adotar a estratégia de retornar às nossas áreas com o compromisso de reunir os Prefeitos das nossas microrregiões e discutir com eles os estatutos. Posteriormente, marcaremos uma nova data para retornarmos. Gostaria de poder estar em todas as reuniões. Que data devemos sugerir?

Um participante - Temos um encontro em Lagoa da Prata, no dia 20 de julho, a EPIJOVEM, e creio que grande parte dos Prefeitos do vale vai estar lá. Gostaria, inclusive, de convidá-lo. Essa data fica à disposição de todos.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - A data é oportuna para a discussão do estatuto, mas para sua aprovação está muito próxima. Penso que a sugestão do Prefeito de Luz, de nos reunirmos depois das eleições, é interessante.

Um participante - Podemos tomar como referência a data de 15 de outubro, quando já terá ocorrido o 1º turno das eleições e passaremos a ter menos obrigações. As reuniões com os Prefeitos vão se realizando à medida que houver condições. O Prefeito de Lagoa da Prata já informou que irão se reunir no dia 20 de julho. Em Três Marias, a maioria dos Prefeitos irá se reunir nos dias 7 e 8 de julho.

Antes da reunião da CEEIVASF teremos uma outra com os Prefeitos do lago, para termos uma posição mais madura a respeito dos problemas de cada região. Teremos encontros setoriais, nos quais discutiremos a idéia, o estatuto, a localidade e a proposta de data. Fica, portanto, marcada a data de 15 de outubro, e nos encontros setoriais será definida a data para o encontro unificado. Após cada encontro setorial deverá ser feito um documento a respeito das discussões, para ser encaminhado à CODEVASF, em Salvador.

Houve uma sugestão para que se aprovasse o estatuto aqui, hoje. Procuraríamos conquistar adesões e administrariamos os casos posteriores.

Não conseguiremos nunca aprovar esse estatuto com todos os Prefeitos. É por isso que devemos antes aprová-lo para depois buscarmos a adesão dos demais. A eleição será unificada "a posteriori".

O Sr. José Ramiro - Estou representando todos os Prefeitos do lado sergipano do rio São Francisco e seus afluentes.

Como era quase impossível o comparecimento de todos os Prefeitos, fizemos a reunião da nossa microrregião, na qual, mediante a intervenção de um advogado, houve aprovação jurídica do estatuto. Vimos, pois, com esse poder de representar todos os Prefeitos, visto que é quase impossível o comparecimento de representantes de mais de 40 municípios.

Uma participante - Parabéns à organização da região do Sergipe.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Já temos uma representação melhor, com 47 Prefeitos presentes. Sergipe compareceu em peso.

O Sr. Secretário da Prefeitura de Unaí - Sou Secretário da Prefeitura de Unaí, e

represento o Prefeito.

Quero demonstrar minha preocupação com a possibilidade de se marcar outra reunião, porque os Prefeitos não comparecerão. Acho que não se criar a UNIVALE é uma falta de consideração com os Prefeitos presentes. Deveríamos assumir logo a posição de defender o rio São Francisco, fazendo a votação agora. Depois, numa reunião entre os municípios e as microrregiões, cada questão será discutida. Não há necessidade de outra reunião. Concordamos com a criação da UNIVALE. Estamos aqui para aprová-la. Muito obrigado.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Já que essa decisão está aprovada, queríamos que a Regina se levantasse e lesse novamente, "pari passu", cada uma das proposições, com suas modificações, para que sejam votadas. Depois, faremos a compactação na nova redação.

O Sr. Secretário do Meio Ambiente de Conselheiro Lafaiete - O meu nome é Eduardo. Sou Secretário do Meio Ambiente de Lafaiete.

Como está sendo colocado aqui, talvez consigamos reunir todos os Prefeitos para aprovar o estatuto, mas como será dado andamento na UNIVALE, na reunião dos Prefeitos? Assim como no nosso trabalho relativo às bacias não adianta querer trabalhar sozinho, temos de incluir todo mundo. Temos representantes em diversas bacias e sub-bacias, e cada representante vai procurar fazer com que os outros se envolvam.

Acho que, pelo próprio andamento, seria mais conveniente haver representantes de outras bacias na formação da UNIVALE.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - O que estamos definindo hoje é que haja representação de microrregiões não unificadas para eleição dos cargos.

Regina, por favor, prossiga. Vamos colocar em votação, uma por uma, as propostas de modificação do estatuto, feitas pela Prefeitura de Divinópolis.

A Sra. Regina - No art. 2º, acrescentar, depois da letra "i", a seguinte proposição: "Atuar junto aos órgãos não governamentais, discutindo, analisando e buscando corrigir a atuação desses órgãos na área da bacia." É um item onde entraria também a competência da União dos Prefeitos do Vale do São Francisco na atuação dos órgãos não governamentais.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Quem está de acordo com a proposta de modificação, permaneça como se encontra. (- Pausa.) Aprovado.

A Sra. Regina - A outra proposta é de melhoria da redação do corpo do art. 17. A nova redação diz o seguinte: "A UNIVALE disporá de cinco seccionais com jurisdição municipal no vale do São Francisco, em cada Estado, cujos diretores seccionais serão eleitos entre os Prefeitos da região." A modificação é para melhorar o texto, para que fique claro que cada Estado terá uma seccional.

Outra alteração, menos polêmica, é a do art. 18, ao qual se acrescentaria mais uma alínea, a alínea "e", com a seguinte redação: "atuar junto aos órgãos constituídos, discutindo, avaliando e buscando soluções para a recuperação dos recursos naturais, visando à melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes." Isto está no art. 18, como competência da seccional.

Na alínea "d" se acrescentaria a palavra "encontros", ficando a alínea "d" com a seguinte redação: "promover seminários, encontros, grupos de estudo..."

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Quem estiver de acordo com as proposições de Divinópolis, permaneça como se encontra. (- Pausa.) Aprovado.

A Sra. Regina - No art. 17 temos uma questão polêmica. Não sugerimos nenhum local para sediar a seccional de Minas Gerais, mas gostaríamos que fosse algum município onde a caixa do rio passasse e não Belo Horizonte. Já houve propostas de que a seccional de Minas Gerais ficasse sediada em Pirapora ou em Três Marias.

Uma participante - Já tivemos proposta para que a sede fosse em Pirapora, e outra proposta para que a sede fosse em Três Marias.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - O Prefeito de Três Marias defendeu que a seccional se sediasse em Belo Horizonte.

Um participante - Temos que aprovar o estatuto. A não ser que nesta primeira etapa a sede da seccional de Minas Gerais seja em Belo Horizonte.

Um participante - Gostaria de fazer uma sugestão. Já que o nacional vai ter uma certa rotatividade, por que não acontecer o mesmo com os estaduais? Por exemplo, se um diretor seccional é de uma cidade "A", a sede passa a ser na cidade A. Se amanhã é na cidade B, a sede passa a ser na cidade B.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Na CEEIVASF é assim. A Presidência da CEEIVASF tem a sede no local onde está sediado o seu Presidente.

Ocorre que na CEEIVASF é permitido reeleição. Nós ficamos no mandato três anos, e depois tem que ser trocado todo o material. Tem que ser trocado um mundo de papel. Fica tudo muito difícil. Quando o mandato é restrito, fica difícil. Só se modificarmos, mas não é bom.

Um participante - Sr. Theodomiro, arquivo e papel estão nos seus receptores. É tudo informatizado. Daqui para frente teremos arquivos em micro. Basta carregar meia dúzia

de disquete.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Não é tão fácil assim. Precisamos de móveis e de uma série de materiais. Sei que estamos na era da informática, mas precisamos de papel para digitar, precisamos do micro, só se de ontem para hoje inventaram uma coisa mais moderna. Não basta colocar os disquetes no bolso e viajar. É necessário muita coisa. É muita coisa para trocar de dois em dois anos.

Um participante - Pela importância do Estado de Minas Gerais, onde temos o rio na sua calha e nos seus afluentes, por que não termos duas seccionais, uma do afluente e outra da calha?

O Sr. José Theodomiro de Araújo - É uma sugestão interessante.

Bem, vou colocar em votação a proposta do Prefeito de Propriá, para que Minas tenha duas seccionais. Quem estiver de acordo que permaneça sentado. (- Pausa.) Aprovado.

Agora, o art. 17 terá nova redação. Depois vou redigi-lo. Ele diz que a UNIVALE disporá de seis seccionais com jurisdição em cada Estado, com exceção de Minas, que terá duas seccionais.

Vamos colocar em votação o § 2º.

No § 2º ficaria: "As sete seccionais serão decididas pelos representantes dos municípios participantes dessas seccionais". É o que estou sugerindo.

Um participante - Com duas seccionais para Minas: uma para o alto São Francisco e a outra para o alto-médio, vamos reproduzir a mesma situação que temos hoje de divisão da área mineira do São Francisco, de não-entendimento entre nós, e de não pensarmos juntos. Hoje, o que temos é o alto-médio São Francisco, que vem da Bahia até Pirapora, e vamos criar uma outra para o alto São Francisco, distanciada de Pirapora, de Montes Claros, de São Francisco, de São Romão, de Januária, de Manga, etc. Sou totalmente contra essa idéia, e acho que devemos criar um fórum unificado para que possamos discutir juntos os problemas do São Francisco e superar os conflitos que temos na disputa das políticas públicas e dos recursos públicos para o São Francisco.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - É provável que a Bahia também precise de duas, pois tem 118 municípios. Minas tem mais de 180 no vale. Pernambuco tem entre 40 e 50 municípios.

O Sr. Odair Campos Júnior - Sou engenheiro e trabalho na Secretaria do Trabalho e Ação Social. Tenho participado de vários seminários legislativos desde a criação do primeiro seminário pela Assembléia de Minas. Temos atuado aqui sempre de maneira democrática, principalmente no que se refere à aprovação das normas que regulamentam ou regulamentarão as definições legais referentes aos temas dos seminários.

Embora não estejamos representando nenhuma Prefeitura, estamos vendo a representação de vários Prefeitos de diversas cidades de Minas Gerais, particularmente, da região do vale do São Francisco e de vários Estados brasileiros que compõem aquela faixa do território nacional, banhada pela bacia do rio São Francisco.

Nos seminários legislativos, os participantes da Mesa hão de concordar comigo, os estatutos foram preparados antes, as propostas e os anteprojetos foram distribuídos aos participantes dos diversos segmentos. Anteriormente à realização dos seminários legislativos, foram criados e definidos grupos de trabalho que já discutiríamos, em nível preliminar, as proposições que seriam apresentadas em plenário. Hoje, estamos percebendo a ocorrência do inverso da práxis administrativa anterior, adotada nos demais seminários legislativos. Embora esse não seja um seminário legislativo, e apesar da importância do tema - e percebi, em seus pronunciamentos, que V. Exas. têm lutado muito, ao longo dos anos -, achamos que, em respeito a essa luta, à atuação anterior, e à população ribeirinha do vale São Francisco, esse tema deveria ser trabalhado de uma maneira mais particular e premente, não apenas no sentido de rapidez na aprovação do estatuto, mas de forma a possibilitar uma discussão mais ampla, não somente com os Prefeitos, mas também com as comunidades. A Assembléia de Minas se caracteriza pela transparência e pela abertura da própria Casa à sociedade civil organizada. Então, achamos que um debate de tamanha relevância e a aprovação desse estatuto deveriam ser conduzidos de forma mais pormenorizada. Assim, realmente proponho a criação da entidade, ressaltando apenas que, em vez de união de Prefeitos, deveria ser união de municípios, pois isso permitiria maior abertura. Além disso, quero sugerir à plenária (e creio que essa é a posição dos Prefeitos presentes, como já era esperado) que se aprove um estatuto provisório, para que, a partir disso, se façam as modificações necessárias, a fim de que se consolide um estatuto definitivo, que faculte a essa nova entidade realizar seu trabalho de uma maneira mais rica e transparente e que realmente lhe dê a representação devida. Era só. Muito obrigado.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Quero esclarecer que, em março, preparamos, na Assembléia Legislativa, uma documentação, contendo minúcia dos estatutos. Essa documentação foi enviada a todos os Prefeitos do vale do São Francisco acompanhada de uma carta do Presidente desta Casa solicitando que manifestassem sua concordância ou não com a criação da entidade. A cartasolicitava, ainda, que, em caso de concordância, os Prefeitos enviassem sugestões de modificações para Salvador, para que pudéssemos compactuar com as propostas correlatas e trazer o estatuto para

aprovação. Como está na programação, deveríamos fazer, aqui, a simples votação do estatuto e a eleição da diretoria. Estimávamos que estariam presentes diversos Prefeitos.

Realmente, não cabia, aqui, o Regimento Interno dos seminários legislativos, pois trata-se de um trabalho específico do CEEIVASF e da CIPE-São Francisco, diferentemente do que se está realizando, em paralelo, com os Deputados americanos, onde se obedece ao Regimento dos seminários legislativos, que têm um assunto específico a ser tratado. Esse é um assunto da CIPE, que tem seu próprio Regimento Interno e de acordo com o qual realiza seus trabalhos. Dessa forma, no caso específico dos Prefeitos, não poderíamos seguir a seqüência estabelecida para os seminários legislativos, que são atividades ordinárias da Casa. Em nosso caso, esta é uma realização extraordinária, e a Casa é apenas a anfitriã da CIPE. Não se trata de um trabalho da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, mas da CIPE-São Francisco.

O Sr. Itamar Vasconcellos - Sr. Presidente, sou o jornalista Itamar Vasconcellos e estou representando o "Banqueiro Oficial e Empresarial", um anuário da minha empresa. Gostaria, apenas, de alertar que, da forma como está sendo encaminhada a votação, está-se criando um clima de dúvidas. Sabemos que, assim como eu, outras pessoas estão nesta reunião e não representam qualquer município. Assim, acho que a votação deveria ser encaminhada, nominalmente, para os Prefeitos presentes.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Sim, por isso me dirigi aos Prefeitos aqui presentes.

O Sr. Itamar Vasconcellos - Então o senhor conhece todos eles?

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Conheço.

O Sr. Itamar Vasconcellos - Bem, estava parecendo que a intenção era apenas fazer a votação de uma maneira mais rápida. Era essa a minha observação. Obrigado.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Mais alguma observação com referência à divisão do Estado de Minas Gerais em duas seccionais?

Um participante - Vai ser formada uma união de municípios, certo? Essa união vai ter representantes das diversas regiões ao longo do vale. Cada região já vai ter sua discussão. Acho que não adianta ter uma diretoria que queira administrar toda a bacia. Vejo da seguinte forma: os membros da diretoria vão promover as discussões regionais. Eu vejo uma sede como ponto de encontro, não importa onde se localize, pois as decisões serão tomadas primeiramente em nível regional e depois em nível de Estado.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Gostaria de ouvi-los com referência à possibilidade de a Bahia ter duas seccionais em virtude de sua extensão territorial. Quem for contra, levante-se. (- Pausa.) Aprovado.

Um participante - No art. 3, item 1º, proponho a inserção do termo meio ambiente, pois não podemos nos furtar a esse aspecto.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Está aprovado o estatuto com as modificações votadas em Plenário. Enviaremos a cada um dos senhores a nova forma do estatuto aprovado, com a solicitação para que promovam as reuniões de adesão nas suas microrregiões e sugiram data e local para a representação de cada seccional, para a eleição da diretoria a fim de se impulsionar a formação da união das Prefeituras do vale.

Gostaria de agradecer aos Srs. Prefeitos, principalmente àqueles de regiões mais distantes, a atenção que dispensaram à nossa solicitação para a criação das nossas Prefeituras, mais um passo político para a proteção da nossa bacia do São Francisco. Muito obrigado.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da reunião, a Presidência agradece aos ilustres convidados, às autoridades e aos participantes pela presença, encerra os trabalhos e convoca os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, a qual será interrompida para o encerramento da 6ª Reunião da CIPE - São Francisco. Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, DESTINADA A COMEMORAR O SEXAGÉSIMO ANIVERSÁRIO DO COLÉGIO SANTO AGOSTINHO, EM 8 DE JUNHO DE 1994

Presidência do Deputado Bené Guedes

SUMÁRIO: ABERTURA - Ata - Nomeação de Comissão - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Discurso do Deputado Antônio Pinheiro - Execução do Hino do Colégio Santo Agostinho - Palavras do Prof. José Donizetti dos Santos - Palavras do Frei Félix Valenzuela Cervera - Entrega de placas - Palavras do Frei Marcelino Barrio Inyesto - Palavras do Sr. Presidente - Apresentação do coral -

ENCERRAMENTO.

ABERTURA

- Às 20h10min, comparecem os Deputados:

Rêmolo Aloise - Elmo Braz - Bené Guedes - Amílcar Padovani - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrus - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto -

Anderson Aduato - Antônio Fuzatto - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Pinheiro - Baldonado Napoleão - Bernardo Rubinger - Bonifácio Mourão - Célio de Oliveira - Clêuber Carneiro - Cossimo Freitas - Dílzon Melo - Ermano Batista - Francisco Ramalho - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Homero Duarte - Ibrahim Jacob - Ivo José - Jorge Eduardo - Jorge Hannas - José Laviola - José Leandro - José Maria Pinto - José Renato - Kemil Kumaira - Márcio Miranda - Marcos Helênio - Maria Elvira - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Paulo Pettersen - Raul Messias - Reinaldo Lima - Roberto Amaral - Roberto Luiz Soares - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Simão Pedro Toledo - Tarcísio Henriques - Wanderley Ávila - Wellington de Castro.

O Sr. Presidente (Deputado Bené Guedes) - Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- **O Deputado José Maria Pinto**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Nomeação de Comissão

O Sr. Presidente - A Presidência nomeia os Deputados Roberto Luiz Soares, Wellington de Castro e Márcio Miranda para, em comissão, introduzirem no recinto do Plenário as autoridades e demais convidados que se encontram no Salão Nobre.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convido a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Dr. Kildare Gonçalves Carvalho, DD. Secretário de Estado Extraordinário para Assuntos Legislativos, representando o Governador do Estado, Dr. Hélio Garcia; Revmo. Frei Gabriel Gonzalez del Estal, Prior Provincial dos Agostinianos da Espanha; Revmo. Frei Felix Valenzuela Cervera, Vicário Provincial dos Agostinianos do Brasil; Exmo. Sr. Prof. José Donizetti dos Santos, Diretor do Colégio Santo Agostinho; Revmo. Frei Marcelino Barrio Inyesto; Exmo. Sr. Prof. Aluísio Pimenta, ex-Reitor da UEMG; Exmo. Sr. Deputado Antônio Pinheiro, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Destinação de Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear o Colégio Santo Agostinho, pelo transcurso do seu sexagésimo aniversário, e o Frei Marcelino Barrio Inyesto, pela passagem do seu octogésimo sexto aniversário de nascimento.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir, de pé, o Hino Nacional Brasileiro.

(- Procede-se à execução do Hino Nacional.)

Discurso do Deputado Antônio Pinheiro

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Antônio Pinheiro, autor do requerimento que suscitou a realização desta comemoração.

O Deputado Antônio Pinheiro - Exmos. Srs. Deputado Bené Guedes, 3º-Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em exercício na Presidência, e Kildare Gonçalves Carvalho, Secretário de Estado Extraordinário para Assuntos Legislativos e representante do Governador do Estado, Dr. Hélio Garcia; Revmos. Freis Gabriel Gonzalez del Estal, Prior Provincial dos Agostinianos na Espanha, e Felix Valenzuela Cervera, Vicário Provincial dos Agostinianos do Brasil; Exmos. Srs. José Donizetti dos Santos, professor e Diretor do Colégio Santo Agostinho e José Bruña Alonso, Presidente do Conselho Diretor do Colégio Santo Agostinho; Revmo. Frei Marcelino Barrio Inyesto; Exmo. Sr. Prof. Aluísio Pimenta, ex-Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais; meus senhores e minhas senhoras, crianças e adolescentes: o Brasil é um país de paradoxos: tem altas pretensões no domínio da biotecnologia, mas deixa na miséria absoluta grande parte da população. É um gigante de pés de barro. Em sua primeira visita ao Brasil, em 1980, João Paulo II, perplexo diante da miséria dos "alagados", em Salvador, profetizava que "se reformas profundas e corajosas não fossem feitas imediatamente pelo caminho do respeito à dignidade do homem, essas reformas aconteceriam pela via da violência". Decorridos 14 anos, muito pouco se fez visando a essas reformas profundas; pelo contrário, a situação se agrava. Um dado assustador é a insensibilidade, a imutabilidade das nossas elites. Ninguém cede nada. O sentido comunitário ainda está na idade da barbárie. Cada um por si. Nós copiamos europeus e americanos no consumismo, mas não - infelizmente - no respeito às leis, aos direitos e às garantias individuais que caracterizam o processo de civilização. A mentalidade dominante trava o País a tal ponto que, mesmo que as nossas dificuldades econômicas fossem magicamente resolvidas, ainda assim o caminho da democratização da nossa vida pública continuaria bloqueado.

Onde, então, estará a solução? Nós podemos queimar etapas. Não precisamos de muita criatividade. Monteiro Lobato dizia: "Um país se faz com homens e livros". Da Ásia contemporânea, com seus "tigres", nos vêm exemplos concretos de países em desenvolvimento que deram o salto de qualidade: resolveram seus antigos problemas,

análogos aos nossos atuais, optando pelo caminho da revolução pela educação. Hoje são potências mundialmente reconhecidas e respeitadas. Essa, estamos convencidos, será a saída para o Brasil. Revolução pela educação significa mudança de comportamento individual e coletivo, uma nova visão de mundo. Não se trata, apenas, de fazer investimentos maciços na estrutura educacional já existente. É investimento maciço, sim, mas na mudança de mentalidade, na adoção de valores novos de comportamento, de padrões, de ideais para todos, especialmente para a juventude; é a descoberta e a valorização da participação comunitária; é um processo de reeducação coletiva.

As homenagens que hoje prestamos nesta Casa têm dimensão sacramental: o simbolizado ultrapassa largamente o símbolo. O que festejamos não é apenas mais uma efeméride, ainda que cheia de valor, os 60 anos de existência de uma escola jovem, séria e competente, o Colégio Santo Agostinho; é muito mais: celebramos qualidade, mentalidade nova, visão contemporânea de Educação, um exemplo a ser seguido. Num tempo em que todo o sistema de ensino se preocupa com o lucro, através da formação de competidores, o Colégio Santo Agostinho, arauto do amanhã, luta pela educação em seu pleno sentido - processo que possibilita a cada participante realizar-se como pessoa e tornar-se cidadão; processo que valoriza as peculiaridades de cada aluno, reconhecendo nele o ser único que é, complementar aos demais de sua comunidade; educação feita à base de nomes, não de números; de liberdade responsável, não de rivalidades ou coações. Tudo isso ocorre na contracorrente das grandes empresas de ensino que dominam o cenário. Elas investem na publicidade e buscam como meta não o aluno, mas a aprovação no vestibular, como se cada dia da vida não fosse importante por si mesmo, como se pudéssemos encerrar entre parênteses determinadas fases da vida, preparando-nos para viver no futuro. Onde fica o ser humano, a auto-realização, a busca da harmonia interna, da felicidade?

Celebramos, aqui, o ensino humanizado, o cuidado com a pessoa do aluno, a liberdade, reconhecida como direito inalienável do homem. Essa é a educação que levará nosso País a dar um salto de qualidade para o futuro. De modo coerente, como fonte e parte integrante dessa mentalidade nova, a visão religiosa também é libertadora: uma fé encarnada no tempo de hoje, que transforma as relações do educando consigo mesmo, com a comunidade e com o mundo a partir da certeza da presença, em nós e entre nós, de um Deus que é pai e de um Reino de Amor.

Nossa homenagem se estende à grande comunidade do Colégio Santo Agostinho: à congregação dos frades agostinianos, figuras marcantes, que se sucedem em incansável e valioso serviço à educação em nosso Estado, dignos filhos do grande Agostinho, iluminado doutor, pastor e santo; aos diretores e professores, mais testemunhas do que mestres, pois oferecem não apenas ensinamentos, mas também exemplos de vida; aos funcionários, discretos e indispensáveis, construtores anônimos e eficientes; aos ex-alunos, promessas que se realizaram, muitos ocupando posições destacadas nos vários campos da atividade social - ciências, artes, cultura, política, jornalismo; aos alunos, promessas de realização, em quem repousam as esperanças de um futuro melhor para o nosso Brasil; às famílias dos alunos e professores, participantes privilegiadas da vida do Colégio - a integração com as famílias é distintivo de ação da Congregação Agostiniana; ao Frei Felix Valenzuela Cervera, Provincial Vicario dos Agostinianos do Brasil, cuja presença valoriza este ato; ao muito estimado Frei Marcelino Barrio Inyesto: é com imensa alegria que destacamos sua figura carismática e humana e lhe prestamos especial homenagem nesta noite; baluarte das primeiras horas, exemplo de fidelidade no seguimento de Jesus, sua presença e seu trabalho muito contribuíram para que o Colégio Santo Agostinho assumisse a posição de destaque que, por justiça, ocupa em nossa educação. Associando-nos às comemorações de seus 86 anos, desejamos que as bênçãos do Divino Pai continuem produzindo, através de sua presença entre nós, frutos de paz, harmonia e fraternidade. Que seu exemplo de devotamento ao Brasil, adotando nossa cidadania, reflita nos jovens alunos que tanta estima lhe devotam.

Externando profunda gratidão ao Colégio Santo Agostinho, por meio da homenagem que esta Assembléia Legislativa lhe presta em nome do povo mineiro, não apenas queremos reconhecer os valiosos serviços por ele prestados, mas é também nossa intenção exaltá-lo como exemplo para uma grande cruzada que resgatará nossa esperança e redimirá nosso futuro como nação civilizada: A revolução pela educação. Obrigado.

Execução do Hino do Colégio Santo Agostinho

O Sr. Presidente - Neste momento, ouviremos o Hino do Colégio Santo Agostinho, cantado pelo coral dos alunos da 4ª série.

- Ouve-se o coral.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Prof. José Donizetti dos Santos, Diretor do Colégio Santo Agostinho.

Palavras do Prof. José Donizetti dos Santos

O Prof. José Donizetti dos Santos - Exmo. Sr. Deputado Bené Guedes, 3º-Secretário da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, no exercício da Presidência; Exmo. Sr. Kildare Gonçalves Carvalho, Secretário Extraordinário para Assuntos Legislativos,

representante do Governador do Estado, Dr. Hélio Garcia; Revmo. Frei Gabriel Gonzalez del Estal, Prior Provincial dos Agostinianos na Espanha; Revmo. Frei Felix Valenzuela Cervera, Vicário Provincial dos Agostinianos do Brasil; Exmo. Sr. Aluísio Pimenta, ex-Reitor da UEMG; Revmo. Frei Marcelino Barrio Inyesto; Exmo. Sr. José Bruña Alonso, Presidente do Conselho Diretor do Colégio Santo Agostinho; Exmo. Sr. Deputado Antônio Pinheiro, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade; Exmos. Srs. Deputados, Revmos. Freis Agostinianos, autoridades, prezados professores, pais dos alunos e demais presentes, emocionado e orgulhoso, venho, como Diretor do Santo Agostinho, agradecer a homenagem que esta digna Casa presta ao Colégio pelo transcurso de seus 60 anos de fundação. Na verdade, desde o início de sua caminhada, o Santo Agostinho contou com o estímulo e a confiança do poder público, que soube reconhecer logo, na iniciativa dos padres agostinianos, a seriedade e o empenho que marcariam todos os seus passos na busca do objetivo de auxiliarem as famílias mineiras na formação de suas crianças e jovens.

Comemorar 60 anos de fundação significa, para todos os que, de diferentes maneiras, têm-se relacionado com as atividades formativas do Colégio, motivo de alegria, por participar de um projeto educacional que, desde o início, deu certo, não por acaso, mas pela determinação e pela seriedade dos responsáveis que nele se envolveram.

Quando a descrença na capacidade de realização da nossa Nação às vezes nos ronda, por constataremos que tantas propostas que beneficiariam a população, se levadas a efeito, esgotam-se e acabam transformando-se em discursos vazios e papéis inúteis, volta a dar-nos nova força a constatação de que iniciativas como a dos padres agostinianos, caracterizadas pelo planejamento, pelo trabalho sério e pela vontade de fazer, dão certo.

Isso se afirma ainda mais quando recordamos que o Santo Agostinho foi construído em um terreno baldio, em uma parte da cidade então quase desabitada, e que as dificuldades não desanimaram seus fundadores, que, em 1934, instalaram o Colégio em um casarão alugado, próximo ao Mercado Novo, com apenas 75 alunos, enquanto preparavam a construção de sede própria, que seria inaugurada dois anos depois.

Nesses 60 anos, o Colégio cresceu; o bairro que recebeu seu nome foi crescendo junto; Belo Horizonte, de provinciana cidade de 1934, transformou-se em uma cidade grande, uma das mais importantes Capitais brasileiras. Nesse período, cada um de seus diretores jamais se contentou em apenas assumir um cargo: cada um deles tomou para si a responsabilidade de tornar o Colégio uma casa de educação cada vez mais aprimorada.

Dia a dia o ideal proposto pelos padres agostinianos foi concretizando-se. Quantas pessoas, hoje exercendo funções as mais diversas na sociedade brasileira, formaram-se no Santo Agostinho? Quantos milhares de outras se educarão no Colégio nos anos vindouros? Hoje, o Santo Agostinho divide com as famílias a responsabilidade pela educação de mais de 3 mil estudantes. São muitos, se os compararmos aos 75 iniciais. Mas o Colégio não se explica por números: poderia, se quisesse, ter muito mais alunos. O Santo Agostinho busca explicar-se pela qualidade de seus serviços educacionais e pela filosofia de ensino centrada no aluno como pessoa, cuja formação plena constitui nosso principal objetivo.

Em todos esses anos, o Colégio tem trabalhado para que cada um de seus alunos, em um ambiente de amizade e confiança, se sentisse mais que um simples estudante e para que cada um de seus educadores fosse mais que um simples professor. O Santo Agostinho trabalha para que seus alunos se sintam como pessoas especiais, capazes de desenvolver suas potencialidades, desabrochando para a vida confiantes no seu próprio valor e na capacidade de serem felizes. O Colégio trabalha para que cada um de seus alunos venha a ser um cidadão consciente, atuando positivamente na sua comunidade e assumindo a responsabilidade de construir uma sociedade mais justa e um País melhor de se viver.

Se, ao longo desses anos, o Santo Agostinho trabalhou, dia após dia, para tornar realidade sua proposta educacional, quer deixar claro, hoje, que, ao invés de contentar-se com seu sucesso e acomodar-se, continuará empenhando-se para ajudar as famílias belo-horizontinas a dar às suas crianças e a seus jovens a melhor formação, inspirada nas propostas de Santo Agostinho e na essência dos valores cristãos.

Agradecemos a esta Casa a homenagem, que, para nós, representa o reconhecimento pela seriedade com que o Santo Agostinho realiza seu trabalho. Agradecemos, em especial, ao Exmo. Sr. Deputado Antônio Pinheiro, que se envolveu diretamente nessa homenagem. Agradecemos a todos que estiveram conosco em algum momento desses 60 anos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Frei Félix Valenzuela Cervera, Provincial Vicario dos Agostinianos do Brasil, que falará em nome da Congregação no Brasil.

Palavras do Frei Félix Valenzuela Cervera

O Frei Félix Valenzuela Cervera - Exmo. Sr. Deputado Bené Guedes; Exmo. Sr. Dr. Kildare Gonçalves Carvalho; Revmo. Frei Gabriel Gonzalez del Estal, Exmo. Sr. Prof. José Donizetti dos Santos, Exmo. Sr. Prof. José Brunã Alonso, caríssimo Frei Marcelino Barrio Inyesto; Exmo. Sr. Prof. Aluísio Pimenta, ex-Reitor da UEMG e ex-

professor do Colégio Santo Agostinho, Exmo. Sr. Deputado Antônio Pinheiro, senhoras e senhores, muito já foi dito sobre o Colégio Santo Agostinho. Agora, falarei dos frades agostinianos, que foram citados como os fundadores e inspiradores desse colégio.

Uma congregação dentro da Igreja Católica é como um pequeno grupo familiar que, dentro do Evangelho, tem um ideal comum, ou seja, uma comunhão de vida e de trabalho. Diversas famílias vão se formando conforme as diversas ordens, e à Ordem Agostiniana pertence o Frei Marcelino.

Eu diria para os senhores que essa Ordem não atende só ao Colégio Santo Agostinho, atende também ao Barreiro - bairro que nem existia quando se fundou o Colégio - com uma escola profissionalizante onde atuam estudantes de filosofia preparados para ser frades agostinianos. Essa Ordem está presente também em Bragança, com uma paróquia e com um centro de estudos. Está presente na periferia de Diadema, no meio das favelas, no Rio de Janeiro, em dois bairros periféricos, onde 300 meninos, aproximadamente, encontram o complemento dos seus lares. Está presente, ainda, no Mato Grosso, atendendo aos posseiros, aos pequenos camponeses e aos índios. Essa Ordem está presente no Colégio Santo Agostinho. Acho muito importante essa inter-relação do colégio com os índios, com os mendigos, com os meninos carentes do Rio. No fundo, somos nós todos que realizamos isso. Não importa quem esteja no Colégio, é meu irmão. Não importa quem esteja no Mato Grosso ou em qualquer outro lugar, é a mesma família, são os mesmos irmãos, a quem procuramos levar as mesmas obras. Todas essas obras são nossas.

Como frade agostiniano, como superior aqui no Brasil, hoje, sinto-me agradecido por esta homenagem ao Colégio e, sobretudo, ao Frei Marcelino, que durante 61 anos manteve, no Brasil, uma linha de trabalho no Colégio, nas paróquias do Rio de Janeiro e no vale do Jequitinhonha. Sentimo-nos herdeiros do Frei Marcelino. Nesse sentido, todos nós agostinianos aqui presentes e os que o conhecem agradecemos a esta Casa por esta homenagem à sua pessoa. Somos herdeiros de sua vida e de sua história. Muito obrigado.

Entrega de Placas

O Sr. Presidente - Esta Presidência tem o prazer de proceder à entrega das placas alusivas a esta homenagem ao Professor José Donizetti dos Santos e ao Frei Marcelino Barrio Inyesto.

- Procede-se à entrega das placas.

O Sr. Presidente - A Presidência concede, neste instante, a palavra ao Frei Marcelino Barrio Inyesto.

O Fr. Marcelino Barrio Inyesto - Não vou citar os nomes de todos os presentes, para encurtar a minha fala, que será muito breve.

O Colégio Santo Agostinho, fundado em fevereiro de 1934, teve na pessoa de Fr. Carlos Vicuña o seu grande dinamizador, secundado pelo seu primeiro Diretor, Fr. Ricardo Rodrigues.

Logo de início, matricularam-se para fazer os exames de madureza, entre os primeiros, o Dr. Gustavo Capanema, que depois se tornou Ministro da Educação; e o escritor, político e Senador, Dr. Edgard de Godoy da Matta Machado.

Resumindo os 60 anos de atividades, de lutas e de vitórias do colégio, podemos destacar, além dos seus Diretores, o já citado Fr. Ricardo Rodrigues, os Pes. João Francisco Herrero, Victorino Turienzo, Marcelino Barrio, Guilherme Rubio e José Alonso; o seu atual Diretor, o Prof. José Donizetti dos Santos; o atual Governador do Estado, Dr. Hélio Garcia, grande amigo e ex-aluno, e o nosso caro amigo e ex-aluno Dr. Roberto Luiz Soares, Deputado Estadual já consagrado.

Entre os professores que mais marcaram sua presença, entre os Diretores, professores e alunos, destacamos o nosso inesquecível, sábio e santo Fr. Hilário Martinez, que doou sua vida, desde a fundação do Colégio até o seu falecimento, no ano de 1985.

Junto com ele tornei-me agostiniano, estudei, ordenei-me sacerdote, celebrei as bodas de ouro sacerdotais, e fui eu quem lhe deu a última bênção no momento de sua morte. Temos aqui presente o Dr. Aluísio Pimenta, que foi um dos primeiros professores.

Concluindo, agradeço, em nome desses pioneiros, como único sobrevivente, esta homenagem e, de maneira particular, agradeço ao caro amigo, Deputado Estadual Antônio Pinheiro, que, com tanto sacrifício e amor à nossa cidade e, especialmente, aos mais necessitados, ajuda a estes, doando o seu integralmente, ordenado, para a Santa Casa e as fundações do Hospital da Baleia e do Hospital Mário Penna, em Belo Horizonte.

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que Deus abençoe longamente a sua preciosa vida, com muita paz, amor e felicidade, recompensando a sua dedicação aos necessitados e a toda a população de nossa cidade.

É o que desejo a todos aqui presentes, Diretoria, professores, alunos, ex-alunos e familiares. Muito obrigado! Palavras do Sr. Presidente

Ao dar por encerrada a reunião especial em homenagem ao 60º aniversário do Colégio

Santo Agostinho e ao 86º aniversário do Fr. Marcelino Barrio Inyesto, professor do educandário desde 1938, queremos ressaltar a justiça e a oportunidade desta comemoração.

Várias gerações de belo-horizontinos passaram pelas salas de aula daquele estabelecimento de ensino, tornando-se, mais tarde, expoentes da sociedade mineira e brasileira, destacando-se no exercício de atividades as mais diversas.

E nem podia ser diferente, uma vez que, em aulas ministradas por educadores de alta envergadura intelectual, os estudantes do Santo Agostinho recebem uma formação integral, voltada para o desenvolvimento do ser humano em todas as suas dimensões: paralelamente ao ensino intelectual, a instituição enfatiza também o aprimoramento físico, cultural, moral e religioso, procurando, assim, contrapor-se ao materialismo e à crise ética pela estratégia de levar o aluno a "encontrar a Deus e abrir-se aos seus semelhantes, criando relações de amizade, fraternidade e solidariedade".

Fundado nessa pedagogia, o tradicional educandário firmou-se como um espaço privilegiado de formação humana, aberto ao diálogo com o mundo moderno, a partir de um ponto de vista cristão e agostiniano.

Desde que começou a funcionar, num velho casarão alugado, o Colégio acompanhou, passo a passo, a urbanização e o crescimento de Belo Horizonte. A cidade, embora ainda nos seus inícios, começava a sofrer as transformações que prenunciavam os novos tempos. A Revolução de 1930 deixou suas marcas nos prédios e na maneira dos mineiros; as edificações multiplicavam-se; a cidade se expandia; a população aumentava; a vida econômica e social tomava vertiginoso impulso.

O número de alunos, modesto a princípio, aumentou com o passar do tempo, à medida que o Santo Agostinho ia adquirindo o prestígio que o inscreveria definitivamente no rol dos nossos melhores colégios.

Mas a história desse estabelecimento de ensino ficaria incompleta se não fizéssemos uma referência especial à pessoa do Fr. Marcelino Barrio Inyesto, que uniu sua vida definitivamente ao Colégio, quando ali começou a lecionar, em 1938. Desempenhou várias funções: ecônomo, professor de Latim e Religião e regente de estudos, nos primeiros tempos; mais tarde, Diretor Espiritual e professor de Ciências, Latim, Francês, Religião e Espanhol. Isso não o impediu de ser também coadjutor da Paróquia do Calafate e Diretor e Vice-Diretor do Santo Agostinho, entre outras atividades.

Sua trajetória de educador nos faz recordar outros casos semelhantes, em que certos homens a tal ponto se dedicam a uma idéia ou a uma instituição que acabam por confundir-se com elas. Nesses casos, torna-se difícil dizer onde cessa a atuação de um e onde se inicia a da outra; tal é o caso desse educador emérito, no seu envolvimento fecundo com a atividade que abraçou.

O Poder Legislativo de Minas Gerais torna-se, portanto, intérprete fiel dos sentimentos do nosso povo ao homenagear um educandário com arraigadas tradições e uma notável folha de serviços prestados à educação em Minas Gerais. Num tempo marcado pela profunda crise na educação brasileira, o Colégio Santo Agostinho consolida-se, cada vez mais, como um centro irradiador de formação humana e disciplina intelectual, propiciando à juventude a oportunidade de aprendizagem e crescimento.

Apresentação do Coral

O Sr. Presidente - Neste momento, teremos o prazer de ouvir a apresentação do coral dos alunos da 4ª série do Colégio Santo Agostinho.

- O coral se apresenta.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, esta Presidência agradece a presença das autoridades e dos demais convidados e encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 9, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 285ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 8 DE JUNHO DE 1994

Presidência do Deputado Elmiro Nascimento

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE: Ata - 2ª PARTE (ORDEM DO DIA): Palavras do Sr. Presidente - Discussão e votação de proposições: Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.984/94; apresentação das Emendas nºs 1 a 19; designação de relator; palavras do Sr. Presidente - **ENCERRAMENTO.**

ABERTURA

- Às 9h15min, comparecem os Deputados:

Elmiro Nascimento - Rêmoló Aloise - Elmo Braz - Bené Guedes - Sebastião Helvécio - Amílcar Padovani - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrus - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Adauto - Antônio Carlos Pereira - Antônio Fuzatto - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Pinheiro - Arnaldo

Canarinho - Baldonado Napoleão - Bernardo Rubinger - Bonifácio Mourão - Cossimo Freitas - Dílzon Melo - Eduardo Brás - Ermano Batista - Francisco Ramalho - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Homero Duarte - Ibrahim Jacob - Ivo José - João Batista - João Marques - Jorge Hannas - José Laviola - José Leandro - José Renato - Márcio Miranda - Marcos Helênio - Maria Elvira - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauri Torres - Milton Salles - Paulo Pettersen - Raul Messias - Roberto Amaral - Roberto Luiz Soares - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Simão Pedro Toledo - Tarcísio Henriques - Wanderley Ávila - Wellington de Castro.

O Sr. Presidente (Deputado Elmiro Nascimento) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE

Ata

- **O Deputado Bené Guedes**, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa que fez retirar da pauta da presente reunião o Projeto de Lei nº 1.990/94, tendo em vista sua aprovação na reunião extraordinária realizada ontem à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.984/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre a conversão em Unidades Reais de Valor das tabelas de vencimentos e soldos dos servidores públicos do Poder Executivo e dá outras providências. As Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer.

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 1.984/94

EMENDA Nº 1

O § 1º do art. 1º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º -

§ 1º - Da aplicação do disposto neste artigo não poderá resultar pagamento de vencimento ou soldo inferior ao efetivamente pago ou devido, relativamente ao mês de março de 1994, após a correção de seus valores nominais pelo índice apurado das variações de preços e da conversão deste resultado em URVs, em obediência ao disposto nos art. 37, inciso XV, e 95, inciso III, da Constituição da República."

Sala das Reuniões, 8 de junho de 1994.

Hely Tarquínio

Justificação: A presente emenda justifica-se em face do disposto no art. 1º da Medida Provisória nº 481, de 28/4/94, que concedeu abono especial de 5% aos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, da administração federal e do disposto no art. 21, inciso I, da Medida Provisória nº 482, de 28/4/94, que estabeleceu a conversão de salários em URVs no dia 1º/3/94 para os servidores e membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público da União. O inciso I do art. 1º do Projeto de Lei nº 1.984/94 não obedece a esse dispositivo, o que gerará redução dos valores nominais dos vencimentos de março correspondentes à corrosão inflacionária. Isso afetará de forma significativa a média encontrada, uma vez que esta se situa numa posição intermediária entre os extremos dos valores percebidos como remuneração pelos funcionários, em virtude, inclusive, das correções nominais proporcionadas pelo art. 2º da Lei nº 11.115, de 16/6/93.

EMENDA Nº 2

O inciso I do art. 1º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º -

I - dividindo-se o valor nominal vigente nos meses de novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994 pelo valor em cruzeiros reais do equivalente em URV do último dia desses meses, respectivamente."

Sala das Reuniões, 8 de junho de 1994.

Hely Tarquínio

Justificação: A presente emenda visa a adequar a redação do mencionado inciso ao disposto no inciso I do art. 21 da Medida Provisória nº 482, de 28/4/94.

EMENDA Nº 3

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º - Os valores das tabelas de vencimentos e soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo serão convertidos em Unidades Reais de Valor - URVs -, em 1º de abril de 1994, dividindo-se o valor nominal vigente no mês de janeiro de 1994 pelo valor em cruzeiros reais da URV do dia 31 de janeiro de 1994.

§ 1º - Da aplicação do disposto neste artigo não poderá resultar pagamento de vencimento ou soldo inferior ao efetivamente pago ou devido, relativamente ao mês de janeiro de 1994, em valores reais, em obediência ao disposto nos arts. 37, inciso XV, e 95, inciso III, da Constituição da República.

§ 2º - O disposto no "caput" deste artigo aplica-se ao salário-família e às vantagens pessoais nominalmente identificadas, de valor certo e determinado, percebidas pelos servidores e que não são calculadas com base no vencimento ou soldo.

§ 3º - As vantagens remuneratórias que tenham por base o estímulo à produtividade e ao desempenho, pagas conforme critérios específicos de apuração e cálculo estabelecidos em legislação específica, terão seus valores em cruzeiros reais convertidos em URVs na forma e no critério previstos no "caput" deste artigo.

§ 4º - O disposto neste artigo aplica-se também aos servidores das autarquias e fundações públicas.

§ 5º - Os servidores cuja remuneração não é fixada em tabela terão seus vencimentos convertidos em URVs nos termos do "caput" deste artigo."

Sala das Reuniões, 8 de junho de 1994.

Tarcísio Henriques

Justificação: O art. 1º, na forma proposta na mensagem governamental, prejudica sensivelmente, em termos remuneratórios, todo o universo dos servidores estaduais.

A fim de que o operoso funcionalismo público mineiro não tenha mais perdas salariais, a presente emenda propõe que os valores das tabelas de vencimentos e soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo sejam convertidos em URVs, em 1º/4/94, pelo valor, em cruzeiros reais, da URV do dia 31/1/94.

É oportuno salientar que o mencionado artigo, na forma como foi apresentado pelo Poder Executivo, afronta o princípio constitucional da irredutibilidade salarial, previsto nos arts. 37, inciso XV, e 95, inciso III, da Constituição da República.

Pela justiça, pela oportunidade e pela constitucionalidade desta emenda, esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares à sua aprovação.

EMENDA N° 4

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

"Art. - Aplica-se ao detentor de função pública de que trata a Lei n° 10.254, de 20 de agosto de 1990, o disposto na Lei n° 9.532, de 30 de dezembro de 1987.

Parágrafo único - O estabelecido no artigo aplica-se ao servidor abrangido pelo parágrafo único do art. 21 da Lei n° 9.592, de 14 de junho de 1988."

Sala das Reuniões, 8 de junho de 1994.

José Bonifácio

Justificação: A emenda proposta objetiva conceder tratamento equânime a todos os servidores do Estado.

EMENDA N° 5

Acrescente-se onde convier:

"Art. - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar seguro de vida em grupo para os servidores das administrações direta e indireta do Estado, bem como para seus beneficiários."

Sala das Reuniões, 8 de junho de 1994.

Ronaldo Vasconcellos

Justificação: No momento em que se trata, por via do Projeto de Lei n° 1.984/94, da conversão dos vencimentos dos servidores em URV, não poderia esta Casa descuidar das eventualidades relativas a morte e a invalidez permanente total ou parcial dos servidores. Assim, cobri-las com seguro que garanta o pagamento de indenização aos segurados ou aos seus beneficiários trará aos servidores públicos maior tranqüilidade e segurança no desempenho de suas funções.

EMENDA N° 6

Dê-se ao art. 4º a seguinte redação:

"Art. 4º - O Poder Executivo concederá, mediante decreto, reajuste de remuneração aos servidores públicos estaduais, considerando o crescimento da receita estadual, observado o disposto no art. 299 da Constituição do Estado.

§ 1º - Para o cálculo da variação da receita nos meses de abril a junho de 1994 deverá ser considerado o respectivo crescimento em termos reais.

§ 2º - Os reajustes cogitados no "caput" deste artigo poderão ser gerais ou por categoria ou classe funcional, observado o equilíbrio remuneratório entre os quadros de pessoal.

§ 3º - Para os efeitos deste artigo, receita estadual é a definida no art. 3º da Lei n° 11.115, de 16 de junho de 1993."

Sala das Reuniões, 8 de junho de 1994.

Romeu Queiroz

Justificação: O art. 4º do Projeto de Lei n° 1.984/94 não permite revisão de reajustes antes de 1º/1/95. A emenda em epígrafe visa a abrir a possibilidade de revisão antes dessa data.

EMENDA N° 7

Dê-se ao art. 3º a seguinte redação:

"Art. 3º - Serão obrigatoriamente expressos em URV os demonstrativos de pagamento de vencimentos, soldos, proventos, pensões e benefícios previdenciários, efetuando-se a conversão para cruzeiros reais na data do crédito ou da disponibilidade dos recursos em favor dos credores daquelas obrigações."

Sala das Reuniões, 8 de junho de 1994.

Romeu Queiroz

Justificação: Considerando que as pensões pagas pelo Estado não se limitam àquelas decorrentes do falecimento de servidor público civil ou militar - há a pensão paga para a viúva de ex-Governador ou de ex-Deputado com base no valor dos subsídios desses cargos, etc. -, é conveniente que se altere a redação do art. 3º do Projeto de Lei nº 1.984/94.

EMENDA N° 8

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

"Art. 2º - O disposto no artigo anterior aplica-se aos proventos da inatividade e às pensões."

Sala das Reuniões, 8 de junho de 1994.

Romeu Queiroz

Justificação: Considerando que as pensões pagas pelo Estado não se limitam àquelas decorrentes do falecimento de servidor público civil ou militar - há a pensão de alimento determinada judicialmente, há a pensão paga à viúva de ex-Governador ou de ex-Deputado com base no valor dos subsídios desses cargos, etc. -, é conveniente que se altere a redação do art. 2º do Projeto de Lei nº 1.984/94.

EMENDA N° 9

Acrescente-se onde convier:

"Art. - As suplementações decorrentes desta lei não oneram o limite fixado no "caput" do art. 8º da Lei nº 11.356, de 28 de dezembro de 1993."

Sala das Reuniões, 8 de junho de 1994.

Romeu Queiroz

Justificação: A despesa com pessoal é prioritária no Estado, e sua conversão em URV não deve ser limitada pela lei do orçamento, mesmo porque o limite efetivo para tais despesas é estabelecido pela arrecadação estadual.

EMENDA N° 10

Acrescente-se onde convier:

"Art. - Para os casos não decorrentes de tabelas de vencimento e com período de percepção inferior a 4 (quatro) meses, a média prevista no inciso II do art. 1º desta lei se limitará aos meses de efetivo pagamento."

Sala das Reuniões, 8 de junho de 1994.

Romeu Queiroz

Justificação: Fugindo da regra geral de conversão, há os casos não decorrentes de tabelas (pensões especiais com implantação nova e pagas pelo Tesouro Estadual, pensão alimentícia determinada judicialmente, etc.), cujo tempo de percepção ainda não completou quatro meses em março de 1994.

EMENDA N° 11

Acrescente-se onde convier:

"Art. - Os descontos, as reposições e os acertos diversos de valor certo e determinado terão seus valores em cruzeiros reais vigentes no mês de março de 1994 convertidos pelo equivalente em URV do último dia desse mês."

Sala das Reuniões, 8 de junho de 1994.

Romeu Queiroz

Justificação: Há operações de pagamento (descontos, reposições e acertos diversos) contra e a favor do servidor, com e sem vinculação a tabelas de vencimento, que terão continuidade e precisam, portanto, ser convertidas em URV. O artigo em questão resolve esse problema.

EMENDA N° 12

O art. 1º fica acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 1º -

§ 6º - Para o servidor posicionado em quadro de pessoal que tenha sido reestruturado ou cuja remuneração tenha passado a vinculação a nova base de símbolos de vencimento, considerar-se-á, para efeito dos cálculos de que tratam os incisos I e II deste artigo, período de percepção compreendido entre a aplicação da lei que criou a nova sistemática e o mês de março de 1994."

Sala das Reuniões, 8 de junho de 1994.

Romeu Queiroz

Justificação: Considerando que, como regra geral, a conversão da remuneração em URV deve se dar pela média dos vencimentos pagos nos quatro últimos meses (dezembro/93 a março/94) e considerando que há novos quadros de pessoal (como é o caso do Quadro da Educação-QE), cuja instituição só se deu a partir de janeiro de 1994, com valores de remuneração totalmente outros, e, além disso, considerando que servidores

pertencentes a outros quadros (da administração indireta, por exemplo) cuja remuneração mudou de base de cálculo, chega-se à conclusão de que não há condições de se aplicar a regra geral (média da remuneração dos quatro últimos meses) para casos excepcionais, sob pena de haver distorções incabíveis nos vencimentos desses quadros de pessoal, além de se jogar por terra todo um trabalho que possibilitou a sua reestruturação.

EMENDA N° 13

Acrescente-se onde convier:

"Art. - Os percentuais relativos à gratificação especial no art. 4° da Lei n° 9.529, de 29 de dezembro de 1987, ficam acrescidos de 50 (cinquenta) unidades a contar de 1° de maio de 1994."

Sala das Reuniões, 8 de junho de 1994.

Maria Olívia

Justificação: A remuneração dos cargos de Direção Superior e de Assessoramento do Quadro Permanente previsto no Decreto n° 16.409, de 10/7/74, é, hoje, a mais defasada em comparação com a remuneração dos cargos da mesma natureza que integram os Quadros de Pessoal dos outros Poderes ou mesmo do próprio Executivo. O acréscimo proposto na redação da emenda, incidente sobre a gratificação especial atribuída aos referidos cargos, é uma forma de, pelo menos, se amenizar em parte uma situação funcional que se apresenta aflitiva e desmotivadora.

EMENDA N° 14

Acrescente-se ao art. 13 o seguinte § 4°:

"Art. 13 -

§ 4° - Aos atuais ocupantes de cargos do Quadro Permanente de Tributação, Fiscalização e Arrecadação de que trata a Lei n° 6.762, de 23 de dezembro de 1975, que atenderem as condições de tempo de serviço para aposentadoria previstas nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 36 da Constituição Estadual e que tenham recebido a gratificação referida no "caput" deste artigo por mais de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, fica assegurado o direito a incorporá-la integralmente aos seus proventos de aposentadoria."

Sala das Reuniões, 8 de junho de 1994.

José Militão

Justificação: A presente emenda, apresentada dentro de critérios de justiça e de constitucionalidade, tem o objetivo de resguardar aos atuais ocupantes de cargos do Quadro Permanente de Tributação, Fiscalização e Arrecadação de que trata a Lei n° 6.762, de 23/12/75, o direito de incorporar integralmente a gratificação prevista no inciso I do art. 20 da supracitada lei aos seus proventos de aposentadoria, desde que a tenham percebido por mais de 365 dias.

A inclusa emenda, em consonância com os princípios constitucionais ínsitos nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 36 da Carta mineira, recomenda que, na operacionalização da proposta, sejam atendidas as condições contidas no supracitado dispositivo constitucional.

Pela justiça, pela constitucionalidade e pela oportunidade desta emenda, esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares a sua aprovação.

EMENDA N° 15

Dê-se ao art. 12 a seguinte redação:

"Art. 12 - O período mínimo de percepção da gratificação prevista no inciso I do art. 20 da Lei n° 6.762, de 23 de dezembro de 1975, com a redação dada pelo art. 15 da Lei n° 11.091, de 4 de maio de 1993, a ser considerado para fins de incorporação aos proventos de aposentadoria do servidor na hipótese do inciso III do art. 3° da Lei n° 6.565, de 17 de abril de 1975, alterado pelo art. 12 da Lei n° 8.330, de 29 de novembro de 1982, será de 3.650 (três mil, seiscentos e cinquenta) dias, ficando ressalvado ao servidor, que na data da publicação desta lei tenha recebido a supracitada gratificação pelo período mínimo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o direito de incorporá-la aos seus proventos."

Sala das Reuniões, 8 de junho de 1994.

José Militão

Justificação: A presente emenda tem o objetivo de fazer crescer ao art. 12 do Projeto de Lei n° 1.867/94 o seguinte: "ficando ressalvado ao servidor, que na data de publicação desta lei tenha recebido a supracitada gratificação pelo período mínimo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o direito de incorporá-la aos seus proventos."

Essa ressalva se faz necessária se se considerar que a atual legislação referida no texto do art. 12 do Projeto de Lei n° 1.867/94 garante ao servidor o direito de incorporar a gratificação de estímulo à produção individual aos seus proventos, desde que atendidas as condicionantes legais e desde que a tenha percebido pelo período mínimo de 365 dias.

Esta emenda, ao estabelecer regra acauteladora da garantia constitucional do direito adquirido, pretende evitar contendas judiciais, adequando o atual art. 12 do projeto

ao art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição da República, "in verbis":

"Art. 5º -

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;"

Pela justiça, pela oportunidade e pela constitucionalidade desta emenda, esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares a sua aprovação.

EMENDA Nº 16

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

"Art. - O disposto no art. 4º da Lei nº 10.276, de 19 de setembro de 1990, aplica-se aos funcionários mencionados no art. 13 da Lei nº 8.798, de 30 de abril de 1985, aposentados após a vigência da Lei nº 6.762, de 23 de dezembro de 1975."

Sala das Reuniões, 8 de junho de 1994.

José Militão

Justificação: A emenda, em obediência ao mandamento constitucional, tem o objetivo de tratar igualmente servidores aposentados que se encontram em situação funcional idêntica. Por mais incrível que possa parecer, existem servidores aposentados que, em decorrência da diversidade de critérios legais, recebem, a título de gratificação específica, um número desigual de pontos. Essa distorção decorre, tão-somente, da época em que o servidor se aposentou, já que os cargos exercidos são os mesmos. A emenda proposta ensejará a padronização de tratamento remuneratório, resolvendo de vez situações injustas e geradoras de insatisfação.

A Constituição Estadual, em perfeita harmonia com a Carta Maior, inseriu, no art. 36, § 4º, o princípio constitucional da paridade entre servidores ativos e inativos. A nossa proposta, em última análise, é consequência da aplicação do supracitado dispositivo constitucional e, como tal, aplica o direito e resguarda a justiça.

Pela justiça e oportunidade dessa emenda, esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares à sua aprovação.

EMENDA Nº 17

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

"Art. - Ao funcionário do Quadro do Magistério que tenha percebido remuneração adequada ao regime especial de trabalho, fica assegurada a incorporação aos proventos de aposentadoria da gratificação de 80% (oitenta por cento) do vencimento do cargo em que se encontrar posicionado, nas seguintes condições:

I - integralmente, se o funcionário comprovar que percebeu a remuneração por um período mínimo de 1.460 (mil quatrocentos e sessenta) dias, ininterruptos ou não;

II - proporcionalmente ao número de dias em que percebeu a remuneração, se o período foi inferior ao previsto no inciso anterior.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se aos servidores aposentados anteriormente à data da publicação desta lei."

Sala das Reuniões, 8 de junho de 1994.

José Militão

Justificação: A emenda, em consonância com o princípio constitucional da isonomia, tem o objetivo de dispensar ao funcionário do Quadro do Magistério que tenha percebido remuneração adequada ao regime especial de trabalho o mesmo tratamento que o art. 72 da Lei nº 11.050, de 19/1/93, atribui ao funcionário do Quadro Permanente oriundo do Quadro do Magistério o qual, também, tenha percebido remuneração adequada ao regime especial de trabalho.

A extensão do benefício aos servidores aposentados na forma prevista no parágrafo único do artigo objeto desta emenda obedece ao comando previsto no § 4º do art. 40 da Constituição da República e no § 4º do art. 36 da Constituição do Estado.

Pela justiça e oportunidade desta emenda, esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares à sua aprovação.

EMENDA Nº 18

Dê-se ao art. a seguinte redação:

"Art. - A partir do exercício de 1995, o pagamento da gratificação natalina devida aos servidores públicos será efetuado em 2 (duas) parcelas anuais, nos meses de julho e dezembro."

Sala das Reuniões, 8 de junho de 1994.

José Bonifácio

EMENDA Nº 19

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

"Art. - Ficam isentas do ICMS as operações de aquisição de automóveis novos destinados a motoristas profissionais, desde que o adquirente exerça a função de condutor autônomo de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), obedecidos os critérios a serem fixados em regulamento próprio."

Sala das Reuniões, 8 de junho de 1994.

José Bonifácio

O Sr. Presidente - Nos termos do § 2º do art. 147 e do art. 223 do Regimento Interno, a Presidência vai designar relator o Deputado Roberto Amaral para emitir

parecer oral sobre o projeto. A Presidência indaga do relator se se encontra em condições para emitir parecer ou se fará uso do prazo regimental.

O Deputado Roberto Amaral - Sr. Presidente, gostaria de solicitar o prazo regimental para apresentar nosso parecer.

Palavras do Sr. Presidente

Nesta oportunidade, a Presidência também vai encaminhar ao relator as emendas apresentadas em Plenário, de acordo com a Decisão Normativa da Presidência nº 3/90, ficando sobrestadas, portanto, as demais matérias da pauta.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião e convoca os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial, também de hoje, às 20 horas, destinada a homenagear o Colégio Santo Agostinho pelo seu 60º aniversário de fundação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 286ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 14 DE JUNHO DE 1994

Presidência do Deputado José Ferraz

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE: Ata - 2ª PARTE (ORDEM DO DIA): 1ª Fase: Requerimentos: Requerimentos da Deputada Maria Olívia(2); aprovação - Questão de ordem - ENCERRAMENTO.

ABERTURA

- Às 9h14min, comparecem os Deputados:

José Ferraz - Elmiro Nascimento - Rêmolo Aloise - Elmo Braz - Roberto Carvalho - Bené Guedes - Amílcar Padovani - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrus - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Aduato - Antônio Fuzatto - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Pinheiro - Arnaldo Canarinho - Baldonado Napoleão - Bernardo Rubinger - Bonifácio Mourão - Célio de Oliveira - Cássimo Freitas - Dílzon Melo - Eduardo Brás - Elisa Alves - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Homero Duarte - Ivo José - João Marques - Jorge Eduardo - Jorge Hannas - José Leandro - José Maria Pinto - José Renato - Marcelo Cecé - Márcio Miranda - Maria Elvira - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauri Torres - Mauro Lobo - Milton Salles - Péricles Ferreira - Roberto Amaral - Roberto Luiz Soares - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Simão Pedro Toledo - Tarcísio Henriques - Wanderley Ávila - Wellington de Castro - Wilson Pires.

O Sr. Presidente (Deputado José Ferraz) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE

Ata

- **O Deputado Gilmar Machado**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª parte da reunião, com a votação da matéria constante na pauta.

Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Deputada Maria Olívia, em que solicita a atribuição de regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 2.067/94. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Sr. Presidente - Requerimento da Deputada Maria Olívia, em que solicita seja o Projeto de Lei nº 2.067/94 apreciado em reunião conjunta das comissões a que foi distribuído. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Questão de Ordem

O Deputado Milton Salles - Sr. Presidente, V. Exa. pode verificar, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação de nossos trabalhos, motivo pelo qual solicito o encerramento desta reunião.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - A Presidência, verificando, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação de nossos trabalhos, encerra a reunião e convoca os Deputados para a extraordinária de logo mais, às 20 horas, bem como para a ordinária de hoje, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Às quinze horas do dia vinte e nove de março de mil novecentos e noventa e quatro, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Fuzatto, Baldoneto Napoleão (substituindo este ao Deputado Dílzon Melo, por indicação da Liderança do BRD), José Renato, Álvaro Antônio e Ermano Batista, membros da Comissão supracitada. Na ausência do Presidente, o Vice-Presidente assume os trabalhos e, havendo número regimental, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado José Renato que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Passa-se à 2ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência informa que a pauta da reunião consta do Projeto de Lei nº 1.866/94, do Governador do Estado, que cria o Quadro de Pessoal da Educação e dá outras providências. Tendo o projeto recebido emendas em Plenário, vem à Comissão para que elas recebam parecer. Com a palavra, o relator, Deputado José Renato, passa a proferir seu parecer, em que conclui pela aprovação das Emendas nºs 6 a 13 e pela rejeição das Emendas nºs 3, 4 e 5. Posto em discussão o parecer, o Deputado Baldoneto Napoleão apresenta requerimento de destaque do parecer relativo à Emenda nº 3. O parecer é posto em votação, salvo a parte referente à Emenda nº 3. O parecer é aprovado. Posto em votação o parecer sobre a Emenda nº 3, é ele rejeitado. Estando o relator de acordo com a decisão da Comissão, manifesta seu voto com restrição à referida emenda, e lhe é concedido o prazo regimental para redação de novo parecer. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de março de 1994.

Tarcísio Henriques, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - José Renato - Álvaro Antônio.

ATA DA 106ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Às dez horas e quinze minutos do dia sete de junho de mil novecentos e noventa e quatro, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Antônio Júlio, Clêuber Carneiro, Geraldo Rezende, Antônio Pinheiro, Ermano Batista, Célio de Oliveira e Maria José Haueisen (substituindo esta ao Deputado Ivo José, por indicação da Bancada do PT), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Romeu Queiroz, Amílcar Padovani, Anderson Adauto e Antônio Fuzatto. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Júlio, declara abertos os trabalhos e solicita à Deputada Maria José Haueisen que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Passa-se à discussão e à votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Deputado Ibrahim Jacob, autor do Projeto de Lei nº 1.330/93, encaminha requerimento para que o projeto seja retirado de pauta, o que é deferido pelo Presidente. Com a palavra, o Deputado Célio de Oliveira emite parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.437/93, no qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2. Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado. Com a palavra, o Deputado Clêuber Carneiro emite parecer pela inconstitucionalidade, pela antijuridicidade e pela ilegalidade do Projeto de Lei nº 2.010/94. Posto em discussão o parecer, fazem uso da palavra os Deputados Antônio Carlos Pereira, Clêuber Carneiro, Ermano Batista e Maria José Haueisen, que solicita vista da matéria, a qual é concedida pelo Presidente. Com a palavra, a Deputada Maria José Haueisen procede à leitura do parecer do Deputado Ivo José sobre o Projeto de Lei nº 1.928/94, o qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2. Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado. Passa-se à discussão e à votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Com a palavra, a Deputada Maria José Haueisen procede à leitura do parecer do Deputado Ivo José sobre o Projeto de Lei nº 2.027/94, o qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do projeto. Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado. Com a palavra, o Deputado Antônio Pinheiro emite parecer pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do Projeto de Lei nº 2.019/94. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Com a palavra, o Deputado Clêuber Carneiro emite parecer pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do Projeto de Lei nº 2.023/94, juntamente com a Emenda nº 1. Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença de todos, convoca os membros da Comissão para reunião extraordinária a se realizar no dia 8/6/94, às 11 horas, com a finalidade de se continuar a discussão do parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.010/94, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de junho de 1994.

Antônio Júlio, Presidente - Geraldo Rezende - Ermano Batista - Ivo José - Milton Salles - Antônio Pinheiro.

ATA DA 124ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às quinze horas e trinta minutos do dia sete de junho de mil novecentos e noventa e quatro, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio de Oliveira, Baldoneto

Napoleão, Marcos Helênio, João Marques, Raul Messias e Bernardo Rubinger (substituindo este ao Deputado José Renato, por indicação da Liderança do BRD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio de Oliveira, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado João Marques que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião tem por finalidade apreciar a pauta e distribui ao Deputado Baldonado Napoleão, no 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.865/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre a UEMG e dá outras providências. Encerrada a 1ª parte dos trabalhos, passa-se à 2ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de parecer sobre proposição sujeita à deliberação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Baldonado Napoleão emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.865/94 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Encerrada essa fase, passa-se à 3ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidência designa o Deputado Bernardo Rubinger para relatar os processos de aplicação de recursos oriundos de subvenções sociais das seguintes entidades: Creche Comunitária Mãe da Unidade Pezinhos no Chão, de Belo Horizonte; Rotaract Club de Monte Carmelo, de Monte Carmelo; Sociedade de Amparo à Maternidade e à Infância Olinto Diniz, de Carmo da Mata; Conselho Municipal da Mulher de Santo Antônio do Jacinto, de Santo Antônio do Jacinto; Caixa Escolar Cônego Cesário, de Itapeçerica; Casa do Movimento Popular da Região Industrial da Grande Belo Horizonte, de Contagem; Caixa Escolar José Leandro, de Santa Rita de Ouro Preto; Caixa Escolar Escola Estadual Carmelo Mesquita, de Marilândia; Sociedade Musical Santa Cecília, de Rio Pombo; Centro Comunitário Batista de Pouso Alegre, de Pouso Alegre; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE -, de Divinópolis; Associação Cultural e Artística de Pirapora, de Pirapora; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE -, de Teófilo Otôni; Associação Comunitária dos Moradores do Bairro São João, de Abaeté; Caixa Escolar Geraldo Sanguinetti, de Várzea da Palma; Loja Maçônica Deus e Fraternidade nº 2.290, de Cristina; Cáritas Diocesana de Patos de Minas, de Patos de Minas; Associação Feminina do Bairro Tirol, de Belo Horizonte; Associação Comunitária de Produtores e Trabalhadores Rurais de Tijuca, de Monte Carmelo; Santa Casa de Misericórdia de Ipuiúna, de Ipuiúna; Cultura Artística de Minas Gerais, de Belo Horizonte; Fundação e Associação para Reintegração e Assistência Social a Viciados e Carentes, de Lagoa da Prata; Lar Espírita Pouso do Amanhecer, de Ituiutaba; Associação de Moradores e Amigos do Cerrado, de São Tiago; União das Creches de Patrocínio, de Patrocínio; Fundação Jaime Martins, de Divinópolis; Creche Tia Lita, de Santa Luzia; Creche Maria Maximiano de Araújo, de Santa Rita de Minas; Banda Musical José Vaz da Silveira, de Divisa Nova; Santa Casa de Misericórdia de Andrelândia, de Andrelândia; Sociedade Musical Santa-Ritense, de Santa Rita de Ouro Preto; Banda Musical José Vaz da Silveira, de Divisa Nova; Núcleo Assistencial do Desenvolvimento Comunitário dos Amigos de Missionários de Alto Rio Doce, de Alto Rio Doce; Lar São Vicente de Paulo de Alfenas, de Alfenas; Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Sagrado Coração de Jesus, de Ponte Nova; Associação das Comunidades de Ibiaí, de Ibiaí; Associação dos Moradores do Bairro Oliveira I e II, de Prata; Grêmio Recreativo Rodrigo Silva, de Barbacena; Instituto Secular das Irmãs Missionárias Nossa Senhora de Fátima - Lar das Meninas de Caratinga, de Caratinga; Creche e Orfanato Tancredo de Almeida Neves, de Igarapé; Associação dos Paraplégicos de Uberlândia - APARU -, de Uberlândia; Associação dos ex-Alunos da Escola Estadual Francisco Inácio Peixoto, de Cataguases; Associação Fraternal de Assistência aos Necessitados, de Cataguases; Associação Comunitária Nossa Senhora D'Ajuda, de Itinga (dois processos); Centro Cultural de Araçuaí Nagô, de Araçuaí; Associação Comunitária de São Pedro das Tabocas, de Pedras de Maria da Cruz; Associação Ecumênica Monsenhor Horta, de Belo Horizonte; Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Amigos de Campolide, de Antônio Carlos; Associação de Moradores de Aramirim - AMAR -, de Açucena, e Associação Espírita Cristã Lar da Fraternidade, de Belo Horizonte. A Presidência designa, a seguir, o Deputado João Marques para relatar os processos de recursos oriundos de subvenções sociais das seguintes entidades : Creche São Francisco de Assis, de Santa Maria do Suaçuí; Centro Cultural de Araçuaí Nagô, de Araçuaí; Grupo Espírita Meimei, de Uberaba; Loja Maçônica Deus e Fraternidade nº 2.290, de Cristina; Loja Maçônica Fé e Perseverança, de Belo Horizonte; Grupo das Samaritanas, de Belo Horizonte; Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Trabalhadores e Pequenos Produtores Rurais de Urucuaia, de Urucuaia; Banda de Música Santa Cecília de Maravilhas, de Maravilhas; Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de Santana do Manhuaçu; Grupo Gente Nova, de Governador Valadares; Núcleo Comunitário dos Amigos de Cristiano Otôni, de Cristiano Otôni; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mesquita, de Mesquita; Centro Comunitário Estrela da Esperança, de Teófilo Otôni; Centro Comunitário Rural de São Julião, de Teófilo Otôni; Paidéia Empreendimentos Simbólicos, de São Gotardo; COUVIPER - Comunitários Unidos da Vila Pérola, de Contagem; Associação dos Garçons e

Profissionais Similares de Minas Gerais, de Belo Horizonte; ACRIBI - Associação Cristã de Beneficência de Igarapé, de Igarapé; Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Distrito de Gonçalves, de Monte Carmelo; Centro Comunitário Pró-Morar Baixinha, de Rubim; Associação Comunitária do Povoado de Cantinho e Córrego das Porteiras, de Salinas; Centro Espírita Caminheiros do Amor, de Uberaba; Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Serrinha, de Uberaba; Creche Frei Gabriel de Frazzanó, de Uberaba; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Lassance, de Lassance; Clube das Acácias Luz e Humanidade, de Patrocínio; Creche e Centro de Formação Pequenininhos de Jesus, de Frutal; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Açúcar, Laticínios e Produtos Derivados de Lagoa da Prata, de Lagoa da Prata; Associação Comunitária do Craúno, de Jequitinhonha; Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente - AMDA -, de Belo Horizonte; Associação de Apoio às Atividades Comunitárias de Turmalina, de Turmalina; Sociedade São Vicente de Paulo da Paróquia Nossa Senhora de Nazaré de Antônio Dias, de Coronel Fabriciano; Associação dos Moradores dos Bairros Quitandinha e Cruzeiro, de Timóteo; Clube Aymoré, de Coronel Pacheco; Creche Santa Terezinha do Menino Jesus, de Poço Fundo; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE -, de João Pinheiro; Núcleo Espírita Caminho da Luz, de Piui; FADESOM - Fundação Aprendizagem e Desenvolvimento Social do Menor, de Uberlândia; Amparo Maternal Eurípedes Novelino, de Patos de Minas; Associação Comunitária do Bairro Liberdade, de Rubim; Associação de Amigos e Moradores do Bairro São Januário, de Centralina; Associação Comunitária Margarida Rosa de Azevedo, de Uberaba; Conselho de Desenvolvimento e Assistência Social Comunitária de Capitão Enéias, de Capitão Enéias; Associação de Pequenos Produtores da Comunidade de Carapuça, de São Tiago; Associação Cristã de Assistência aos Pobres, de Uberaba; Grupo Espírita Eurípedes Barsanulfo, de Uberaba; Associação de Crianças Deficientes, de Uberaba; Associação de Bairros Parque São Geraldo, de Uberaba; Ação Social D. Mariinha Leite, de Virginópolis; Caixa Escolar Barão de Alfenas, de Poço Fundo; Caixa Escolar Paulina Rigotti de Castro, de Machado; Creche Nosso Lar de Espera Feliz, de Espera Feliz; Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Areião, de Crucilândia; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Padre Paraíso, de Padre Paraíso; Associação dos Trabalhadores de Medina, de Medina; Casa de Aprendizagem Doméstica de Jequitinhonha, de Jequitinhonha, e Centro Humanitário do Bairro da Palha, de Diamantina. A seguir, a Presidência designa o Deputado Marcos Helênio para relatar os processos de recursos oriundos de subvenções sociais das seguintes entidades: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cambuí, de Cambuí; Caixa Escolar Professora Evangelina Meirelles de Miranda, de Pouso Alegre; Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Santo Antônio, de Barbacena; Conselho Comunitário Matronense, de Lassance; Conselho Comunitário Beneficente AMAR, de Alfenas; Associação dos Moradores do Bairro Nossa Senhora do Rosário, de Fortaleza de Minas; Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Santa Rita, de Berilo; Associação Comunitária de Pai Pedro - Clube da Amizade, de Porteirinha; Associação de Moradores do Bairro Cruzeiro do Sul, de Prata; Associação Atlética Ressaquinha, de São João del-Rei; Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Nossa Senhora da Glória, de Belo Horizonte; Associação dos Moradores do Bairro Haidée Fajardo, de Cataguases; Caixa Escolar Otávio Rufino Pereira, de Barroso; Sociedade São Vicente de Paulo, de Raul Soares; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco, de São Francisco; Creche Ninho, de Teófilo Otôni; Associação Comunitária dos Moradores da Pedreira, de Campo Belo; Associação de Famílias para o Bem-Estar de Riacho dos Machados, de Riacho dos Machados; Associação Família de Maria - Instituto Padre Cunha, de Barbacena; Casa de Caridade de Carangola, de Carangola; Conselho Comunitário do Bairro São Geraldo, de Caeté; União dos Escoteiros do Brasil, de Belo Horizonte; Associação Educacional e Beneficente de Barbacena, de Barbacena; Conselho Central de Belo Horizonte da Sociedade São Vicente de Paulo, de Belo Horizonte; Conselho de Desenvolvimento do Rio do Peixe, de Cambuí; Obras Sociais São José - Creche São José -, de Patrocínio; Obras Sociais da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar, de São João del-Rei; Obras Sociais Santo Antônio, de Patrocínio; Conferência de São José, de Presidente Olegário; Sociedade de Assistência ao Menor de Passos - SAMP -, de Passos; Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Amigos de Campolide, de Antônio Carlos; Associação de Caridade de São João Nepomuceno, de São João Nepomuceno; Centro Social da Vila São Francisco de Assis, de Belo Horizonte; Associação Comunitária Bela Vista, de Teófilo Otôni; Conselho Particular de São Geraldo da SSVP de Galiléia, de Galiléia; Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, de Cambuí; Associação de Moradores de Vila Aparecida do Paranaíba, de Carneirinho, e Centro Espírita José Horta, de Uberaba. Com a palavra, cada um por sua vez, os relatores emitem pareceres mediante os quais concluem pela aprovação dos processos de aplicação de recursos oriundos de subvenções das referidas entidades. Colocados em discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados. A seguir, a Presidência designa o Deputado João Marques relator dos processos de aplicação de recursos oriundos de subvenções sociais das seguintes entidades: Centro de Libertação da Mulher Trabalhadora, de Ibitiré; Federação das Congregações Marianas

da Arquidiocese de Belo Horizonte, de Belo Horizonte, e Cidade dos Meninos, de Governador Valadares. O Deputado João Marques requer sejam os processos convertidos em diligência às entidades. A Presidência defere o requerimento e, logo após, designa o Deputado Marcos Helênio relator dos processos de aplicação de recursos oriundos de subvenções sociais das seguintes entidades: Associação Comunitária do Desenvolvimento do Bairro São Pedro, de Barbacena; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção e Mobiliário de Divinópolis, de Divinópolis; Centro do Educando e Defesa da Infância Varzeapalmense, de Várzea da Palma; Departamento de Assistência Social João de Freitas, de Ubá; Escola Estadual da Rua Pernambuco, de Várzea da Palma; Mitra Diocesana de Divinópolis, Paróquia Divino Espírito Santo, de Divinópolis; Casa da Criança Paulense, de Monsenhor Paulo; Caixa Escolar Fundamar, de Paraguaçu; Grupo Maternidade Espírita Caminho de Luz, de Tiradentes; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santana do Manhuaçu, de Manhuaçu; Centro Espírita Cair Bar Schutel, de São Gonçalo do Sapucaí; Instituto de Maternidade, Assistência à Infância e Policlínica de Barbacena, de Barbacena; Associação Beneficente Nosso Lar, de Carmo do Paranaíba; Grupo Espírita Corações Unidos, de Prata; Caixa Escolar Ana Chaves, de Campina Verde; Sociedade São Geraldo, de Ibitiré; Associação do Desenvolvimento Rural e Assistência Social de Vargem Grande, de Papagaio; Irmandade Congado do Rosário, de Formiga; Conselho Central de Itaúna da Sociedade de São Vicente de Paulo, de Itaúna; Conferência de São Vicente da Paróquia de São Sebastião de Areado; Aprender Produzir Juntos, de Teófilo Otôni; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itinga, de Itinga; Associação Comunitária do Bonfim - ASCOB -, de Manhumirim; Caixa Escolar Professor Roberto Valentim Pereira, de Pouso Alegre; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Catiara, de Serra do Salitre; Creche Lar Carolina de Jesus, de Serra do Salitre; Educandário São José, de Mateus Leme; Caixa Escolar Nossa Senhora das Graças, de Campina Verde; Corporação Musical Lira do Oriente Santa Cecília, de São João del-Rei; Creche Menino Jesus, de Francisco Sales; Inspetoria Madre Mazzarello, de Barbacena; Lar Beneficente Druzo Brasileiro, de Belo Horizonte; União Alan Kardec das Senhoras Espíritas de Monte Carmelo - Lar dos Idosos, de Monte Carmelo; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Fabião, de Fabião; Congregação Irmãs Auxiliadoras Nossa Senhora da Piedade - Hospital Jenny Negrão de Lima, de Cordisburgo; Sociedade Ornitológica Mineira - SOM -, de Belo Horizonte; Caixa Escolar Décio Ladeira, de Capitão Enéias; Recanto São Sebastião - RESASE -, de Igarapé; Sport Club Aymorés, de Ubá; Mitra Diocesana de Divinópolis - Paróquia Nossa Senhora de Fátima, de Divinópolis; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campos Gerais, de Campos Gerais; Centro de Estudos Bíblicos - CEBI -, de Belo Horizonte; Clube Operário Treze de Maio, de Jacaré; Caixa Escolar Nossa Senhora de Fátima, de Santo Antônio do Monte; Associação de Garantia ao Atleta Profissional do Estado de Minas Gerais, de Belo Horizonte; Associação Beneficente Irmã Maximiliana, de Patrocínio; Institutos de Arquitetos do Brasil - Departamento Minas Gerais, de Belo Horizonte; Associação Comunitária dos Amigos de Congonhas - ACDAC -, de Belo Horizonte; Associação Comunitária do Bairro Caiçaras, de Barbacena; Fundação Educacional de Curvelo, de Curvelo; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE -, de Patos de Minas; Associação de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário do Bairro Santo Antônio, de Patrocínio; Associação de Moradores do Bairro Jusa Fonseca e Prolongamento Paraíso, de Divinópolis; Caixa Escolar Professor Wantuil Alves de Oliveira, de Formiga; Associação de Pais e Amigos - APAE -, de Belo Horizonte, e Corporação Musical São José, de São José da Lapa. O Deputado Marcos Helênio requer sejam os processos convertidos em diligência às entidades. A Presidência defere o requerimento. Cumprida a finalidade da reunião, o Deputado Célio de Oliveira agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de junho de 1994.

Célio de Oliveira, Presidente - Bernardo Rubinger - Roberto Amaral - Marcos Helênio - Baldonado Napoleão. **ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Às onze horas e quinze minutos do dia oito de junho de mil novecentos e noventa e quatro, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Antônio Júlio, Milton Salles (substituindo este ao Deputado Cléuber Carneiro, por indicação do BRD), Antônio Pinheiro, Geraldo Rezende, Ivo José e Ermano Batista, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Júlio, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Ermano Batista que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Passa-se à discussão e à votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário. Continua em discussão o Parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.010/94, do qual, em reunião anterior, a Deputada Maria José Haueisen solicitou vista. Fazem uso da palavra os Deputados Ivo José e Antônio Pinheiro. Encerrada a discussão, é aprovado o parecer pela inconstitucionalidade, pela ilegalidade e pela antijuridicidade da matéria, com voto contrário dos Deputados Antônio Pinheiro e Ivo

José. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária a ser realizada em dia e horário já estabelecidos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1994.

Antônio Júlio, Presidente - Célio de Oliveira - Geraldo Rezende - Antônio Pinheiro - Péricles Ferreira.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 550ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 15/6/94

1ª Parte (Pequeno Expediente)
(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)
1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.984/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre a conversão em URV das tabelas de vencimentos e de soldos dos servidores públicos do Poder Executivo e dá outras providências. As Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário o Deputado Roberto Amaral para emitir parecer oral sobre o projeto e emendas a ele apresentadas.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.017/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre a FAPEMIG e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e 3 a 8, que apresenta. A Comissão de Ciência e Tecnologia opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça; 3 a 8, da Comissão de Administração Pública, e com a Emenda nº 9, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça; 3 a 8, da Comissão de Administração Pública, e 9, da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.865/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre a UEMG e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 24/93, do Governador do Estado, que organiza a Procuradoria-Geral da Fazenda Estadual, dispõe sobre a carreira de Procurador da Fazenda Estadual e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, e as Emendas nºs 2 e 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, as Emendas nºs 2 e 3, da Comissão de Administração Pública, e as Emendas nºs 4 a 6, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.561/93, do Deputado Hely Tarquínio, que estabelece as diretrizes para a cooperação técnico-financeira entre o Estado e os consórcios administrativos intermunicipais de saúde e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.029/94, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que dá a denominação de Jornalista Januário Carneiro à Sala de Imprensa, situada no andar SE do Palácio da Inconfidência.

A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto. Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.295/93, do Deputado Gilmar Machado, que estabelece normas gerais

para a prevenção da transmissão da AIDS em estabelecimentos odontológicos públicos ou privados. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.522/93, do Deputado Roberto Carvalho, que dispõe sobre a criação de programa de incentivo à fruticultura. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.639/93, da Comissão de Saúde, que assegura o oferecimento gratuito, pelo Estado, do exame do cariótipo e da triagem metabólica para diagnóstico da fenilcetonúria e do hipotireoidismo congênito - "exame do pezinho". A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.759/93, do Deputado Sebastião Helvécio, que dispõe sobre o programa de alimentação escolar da rede pública estadual. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA SOCIAL, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 15/6/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.631/93, do Deputado Célio de Oliveira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.706/93, do Deputado Antônio Pinheiro, e 1.942/94, do Deputado Roberto Carvalho.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA PARA ACOMPANHAR AS NEGOCIAÇÕES ENTRE O GOVERNO DO ESTADO E AS LIDERANÇAS DO FUNCIONALISMO, VISANDO A REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS E A CONVERSÃO DOS SALÁRIOS PARA A URV, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 15/6/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciar o relatório final da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR A EXISTÊNCIA DE ESCRAVIDÃO POR DÍVIDAS DE TRABALHO NO DESMATAMENTO E PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL NA REGIÃO NORTE DE MINAS, NO PRAZO DE 120 DIAS, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 15/6/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: dar prosseguimento aos trabalhos da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 15/6/94, destinada a votação e discussão de pareceres, a votação de requerimentos, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.865/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre a UEMG; 1.984/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre a conversão em URV das tabelas de vencimentos e de soldos dos servidores públicos do Poder Executivo e dá outras providências; 2.017/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre a FAPEMIG; 1.071/92, do Deputado Ibrahim Jacob, que autoriza o Poder Executivo a fazer doação de imóvel do Estado a entidade filantrópica do Município de Ubá; 1.345/93, do Governador do Estado, que autoriza a aquisição de imóvel situado no Município de Montes Claros; 1.522/93, do Deputado Roberto Carvalho, que dispõe sobre a criação de programa de incentivo à fruticultura; 1.563/93, do Deputado João Batista, que

estabelece a obrigatoriedade de exame otorrinolaringológico nas crianças em idade escolar; 1.639/93, da Comissão de Saúde, que assegura o oferecimento gratuito, pelo Estado, do exame do cariótipo e da triagem metabólica para diagnóstico da fenilcetonúria e do hipotireoidismo congênito; 1.759/93, do Deputado Sebastião Helvécio, que dispõe sobre o programa de alimentação escolar da rede pública estadual; 1.762/93, do Deputado Simão Pedro Toledo, que dispõe sobre a pesagem obrigatória dos recipientes de gás liquefeito de petróleo quando da sua venda ao consumidor; do Projeto de Resolução nº 2.029/94, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que dá a denominação de Jornalista Januário Carneiro à Sala de Imprensa situada no andar SE do Palácio da Inconfidência; e do Projeto de Lei Complementar nº 24/93, do Governador do Estado, que organiza a Procuradoria-Geral da Fazenda Estadual, dispõe sobre a carreira de Procurador da Fazenda Estadual e dá outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 14 de junho de 1994.

José Ferraz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 39/94, de Aatoria do Deputado José Militão e Outros, que Dá Nova Redação ao Inciso II do Art. 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado de Minas

Gerais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Geraldo Rezende, José Renato, Tarcísio Henriques, Agostinho Patrus, Bernardo Rubinger, Dílzon Melo, Arnaldo Canarinho, Péricles Ferreira, Álvaro Antônio, Ermano Batista, Márcio Miranda, José Maria Pinto, Maria José Hauelsen e Antônio Fuzatto, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no próximo dia 15, às 14h45min, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator da matéria.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1994.

Jorge Hannas, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 40/94, de Aatoria do Deputado Elmo Braz, Que Acrescenta Parágrafo ao Art. 157 da

Constituição do Estado

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Renato, Geraldo Rezende, Jorge Eduardo, Marcelo Cecé, Ajalmar Silva, Dílzon Melo, Baldonado Napoleão, Péricles Ferreira, José Braga, Cléuber Carneiro, Ronaldo Vasconcellos, Hely Tarquínio, Marcos Helênio e Adelmo Carneiro Leão, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no próximo dia 15, às 15h30min, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator da matéria.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1994.

Glycon Terra Pinto, Presidente "ad hoc".

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

545ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discurso Proferido em 7/6/94 pelo

Deputado Raul Messias

O Deputado Raul Messias - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, pessoas presentes nas galerias da Assembléia, ocupo esta tribuna, depois de me ausentar desta Casa durante vários dias, para fazer um relato sucinto da viagem que fiz, a trabalho, à Europa, a convite de uma instituição alemã, IBA - Emche-Park, que reúne várias Prefeituras, enfim, o Governo do Estado da região da Westphalia Renana. Foi realizado um encontro com representantes de mais de 60 países do mundo inteiro, e tivemos a honra de ser convidados, mas, infelizmente, fomos o único representante da América Latina.

No final do referido encontro, depois de intensos trabalhos que consumiam mais de 10 horas por dia, com visitas a projetos de recuperação ambiental realizados naquela região e apresentação de informações de trabalhos realizados em outras regiões, foi muito importante visitar as fábricas que estão, hoje, transformando-se em centros de lazer.

A segunda parte da viagem foi dedicada a visitas a parlamentos de várias cidades, de várias regiões, notadamente de Dusseldorf, Colônia, Essen e Aachen, na Alemanha; Paris, Barcelona e Madri, colhendo cópias das Constituições e dos Regimentos

Internos, enfim, procurando estabelecer possíveis intercâmbios entre a Escola do Legislativo desta Casa e os Poderes Legislativos dos outros países, principalmente os da Europa. No caso da Espanha, penso que a situação política, social e, até mesmo, econômica aponta para uma fertilidade enorme no relacionamento com o Brasil, pelo fato de estarmos caminhando num mesmo sentido, ou seja, o da democratização do Estado e o da ascensão ao Governo de forças políticas mais à esquerda.

Mas, em geral, o panorama político da Europa, hoje, é dominado pela questão das eleições próximas, do dia 12, para o Parlamento Europeu, as quais, em muitos lugares, funcionam como uma prévia para as eleições nacionais, regionais e locais, que ocorrerão até o fim do ano. Como todos sabem, 1994 é o ano das eleições em todo o planeta, em todos os continentes.

Essas eleições para o Parlamento Europeu são marcadas por um duplo fenômeno, que, na verdade, são as duas faces de uma mesma moeda. De um lado, temos o fantasma do desemprego e a guerra contra esse desemprego. Por outro lado, essa guerra assume contornos fascistas, nacionais, ainda que socialistas. A impressão que se tem é que estamos às vésperas da próxima guerra mundial; que vamos ter, dentro de dois ou três anos, um novo conflito. E por quê? Porque o fenômeno do desemprego faz nascer nas pessoas uma visão errada, equivocada, isolada do todo, levando-as a enxergar apenas uma solução própria, mesmo que tal solução seja a guerra e a destruição.

O mais triste e paradoxal em tudo isso é que se trata de uma crise de abundância. Existem várias usinas de carvão, no vale do Rhur, que estão demitindo seus empregados, embora todas elas estejam aumentando a produção e, principalmente, a produtividade e a lucratividade. Em todos os setores, está sendo gerado o desemprego, desde o setor do comércio, do consumo do dia-a-dia, da mercearia, até os setores das operações mais complexas, que são realizadas por computadores milhões de vezes mais eficientes que qualquer ser humano.

Tudo isso mostra a contradição insolúvel do sistema capitalista nos moldes em que ele se apresenta. Não teremos outra saída, senão a destruição. Sabemos que uma terceira guerra mundial colocaria em risco a população de todo o planeta, o que não é uma grande coisa, se comparado com o universo, mas é alguma coisa para nós, seres humanos.

Então, as eleições para o Parlamento Europeu estão sendo marcadas por esses fatos. E as propagandas apontam para uma destruição planetária e para o retorno do nacionalismo exacerbado. São apavorantes os bandos de 200 a 300 jovens encontrados nas ruas. São os tais dos "excluídos". Estes, porém, são diferentes dos que existem no Brasil: aqui, nós somos excluídos há 500 anos, desde a época do colonialismo português. São 30 ou 40 milhões de excluídos no Brasil. Na Europa, a coisa é diferente: o excluído é novo, é o cara que tem 2m de altura, não sei quantas toneladas de proteínas, e é filho de um incluído, que gozou, até há pouco tempo, de todos os benefícios sociais, de todas as garantias de saúde e seguro desemprego. No ritmo em que as coisas vão, a insolvência é inevitável. Daí, o fantasma de uma nova guerra que apavora a todos e que não é a solução. Muito obrigado.

545ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discurso Proferido em 7/6/94 pelo

Deputado Roberto Amaral

O Deputado Roberto Amaral - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, representantes da imprensa, distinto e seletivo público que hoje está presente nesta Casa, desejamos, nesta oportunidade, render nossa homenagem à Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES -, que, às vésperas de completar 32 anos de funcionamento, foi reconhecida como universidade estadual - anteriormente era particular - pelo Conselho Estadual de Educação. O auspicioso acontecimento deu-se em 14 de abril próximo passado.

Educar é tarefa que tem princípio e fim na pessoa humana. À sociedade interessa, por um lado, promover o desenvolvimento do indivíduo, por meio da atualização de suas potencialidades; por outro lado, interessa-lhe, principalmente, conservar, transmitir e enriquecer a cultura grupal, tornando a pessoa simultaneamente beneficiária e construtora do acervo cultural. A educação, pois, deve ser um processo que desperte todas as dimensões sociais, enriquecendo, desse modo, o próprio exercício da cidadania. Assim, a educação é a um tempo conservadora e transformadora do mundo. Cada vez mais ela se torna instrumento de modernização e progresso.

A UNIMONTES tem sua filosofia de trabalho baseada nesses princípios. Graças a isso, tornou-se uma instituição respeitada e acatada como modelo de ensino para uma vasta região, num raio aproximado de 500km, abrangendo o Norte de Minas, o vale do Jequitinhonha e o Sul da Bahia.

Montes Claros, orgulhosa Capital mineira da SUDENE, a maior e mais dinâmica concentração urbana do Norte do Estado, sente-se envaidecida ao ver estadualizada sua universidade.

Nossos antepassados jamais poderiam imaginar que o antigo arraial de Nossa Senhora da Conceição e São José, criado pelos bandeirantes em 1769, que ganhou foros de

cidade há 137 anos, adotando o nome da antiga fazenda do pioneiro Antônio Gonçalves Figueira, viesse um dia a se tornar o mais importante pólo dessa vasta região, que abrange 51 municípios, com um total de quase 2 milhões de habitantes.

Foi preciso muita luta, muita disposição para o trabalho e sacrifícios imensos, sob um clima semi-árido, para que o lugar se tornasse uma potência econômica regional.

Até 1960, a agropecuária e o comércio foram suas atividades econômicas fundamentais. Porém, após sua inclusão na área de abrangência da SUDENE, classificada como Polígono das Secas, Montes Claros deslançou também como parque industrial de rápido desenvolvimento. Hoje, o setor agropecuário continua forte, de acordo com a tradição de sua economia, porém as principais alavancas de seu progresso estão assentadas no comércio e na indústria.

Montes Claros tornou-se importante centro irradiador de desenvolvimento econômico e cultural, conta com modernos meios de transporte e comunicação e destaca-se nas áreas de saúde, ação social, turismo e, principalmente, educação. O crescimento e a mais moderna tecnologia convivem ali, sem conflitos, com a preservação das tradições da cultura e do meio ambiente.

Um dos esteios desse invejável progresso é a UNIMONTES. Sua criação iniciou-se há 32 anos, a partir de diversas faculdades autônomas, que foram sendo instituídas pelo espírito empreendedor e arrojado de vários pioneiros da iniciativa privada.

Atualmente, a UNIMONTES conta com 18 departamentos, que têm funções administrativo-pedagógicas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. José Geraldo de Freitas Drummond, atual Reitor, gosta de reiterar que ela adota a estrutura de departamentos autônomos, que caracteriza a maior parte das universidades modernas do mundo.

Está em construção o seu "campus" universitário, e investe-se com determinação em laboratórios básicos, que servirão às áreas de ciências biológicas e saúde, setores de grande importância para a formação de técnicos de que carece a região. Por isso, também têm sido empenhados esforços na formação de uma biblioteca central de grande porte, essencial ao atendimento das necessidades de estudantes e da comunidade em todas as áreas de informação.

Consolida-se também a Escola Técnica de Saúde, que constitui para Montes Claros e para a região eficiente centro de formação e treinamento de pessoal auxiliar. Ela deverá suprir a carência de mão-de-obra qualificada para serviços assistenciais da saúde, principalmente na área da enfermagem.

Em consonância com o disposto no art. 81 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição mineira de 1989, a UNIMONTES tornou-se Universidade Estadual. Acompanhando o espírito do dispositivo constitucional, a entidade, além do ensino, tem a seu cargo a tarefa de participar do processo de desenvolvimento e até mesmo conduzi-lo, mediante o incentivo à pesquisa científica e tecnológica. É na dinâmica dessas pesquisas que se busca a independência dos países em desenvolvimento, pois o que lhes importa não é a aquisição de tecnologia do Primeiro Mundo, mas a criação de conhecimento próprio adaptado às peculiaridades locais.

A UNIMONTES é hoje uma instituição que se expande e se inova, que cria e serve de modelo. Seu pleno funcionamento e a ampliação do número de vagas de suas faculdades constituem fatos importantes para o desenvolvimento regional. Estão, pois, de parabéns seus diretores e a comunidade por mais essa vitória de sua universidade.

Finalizo levando ao conhecimento de todos que, na semana passada, nas comissões temáticas, foi aprovada a mensagem do Sr. Governador - tive o privilégio de relatar o parecer sobre ela - que estrutura, em definitivo, essa universidade, devendo o parecer vir a Plenário para aprovação. Muito obrigado.

545ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discurso Proferido em 7/6/94 pelo

Deputado José Leandro

O Deputado José Leandro - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, caros colegas Deputados, senhores das galerias, o jornal "Folha de São Paulo", no dia 31 de maio, publicou artigo que eu gostaria de ver transcrito nos anais da Casa. Trata-se de artigo do editorialista Luís Nassif, com o título "O Construtor de País", que diz o seguinte, em certo trecho: "Caminhando para os 75 anos...". Abro um parêntese porque o Prof. Aluísio Pimenta fará 71 anos e não 75. Parece-me que esse é o único engano do jornalista. (- Lê:)

"O Construtor de País"

Caminhando para os 75 anos, em sua casa, ou na sua nova frente de batalha, a Universidade Estadual de Minas Gerais, Aluísio Pimenta continua sendo um referencial relevante, um dos últimos remanescentes de uma geração de homens públicos empenhados permanentemente em reconstruir o país.

No início dos anos 60, depois de ter conquistado reputação acadêmica internacional na área de farmácia, Aluísio Pimenta modernizou o ensino universitário no País, com as reformas na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

A partir de 1964, tornou-se alvo preferencial do general Guedes, o comandante do Exército em Minas, que conseguiu sua cassação. Seguiram-se anos de exílio, que lhe

conferiram uma visão extraordinária do mundo. Foi diretor do Banco Mundial, professor visitante em universidades inglesas, norte-americanas, japonesas e chinesas, absorvendo as novidades com a sagacidade de um caipira e a visão de futuro dos verdadeiros estadistas.

De volta ao Brasil, tornou-se ministro da Cultura e alvo de uma campanha de desmoralização por parte de uma intelectualidade para quem o máximo de cosmopolitismo consistia em citar "crooners in" da noite de Nova York. Ao mencionar a broa como um bem cultural, trataram o professor como a um caipira recém-chegado à Capital. Muito mais que isso, era um cidadão do mundo, de volta ao seu país, e com sede extraordinária de Brasil.

Japão e China

O professor foi um dos primeiros intelectuais a disseminar no Brasil as virtudes do modelo empresarial japonês. Foi o primeiro a divulgar as grandes soluções que a China conseguiu para a questão da fome. Agora, seu tema predileto é o da interiorização do ensino universitário como instrumento de descentralização do desenvolvimento.

O exemplo que utiliza para demonstrar a tese é o interior de São Paulo. De início, havia faculdades disseminadas por todo o Estado, algumas de boa qualidade, outras meras vendedoras de diploma. Com o tempo, ajudaram no desenvolvimento econômico de seus municípios. Quando articuladas de maneira coerente pela UNESP - Universidade Estadual Paulista -, aprimoraram gradativamente sua qualidade e hoje são exemplares.

O professor pretende levar este modelo para Minas, amarrado a uma ampla interação com projetos econômicos de interesses das respectivas comunidades. Seu projeto piloto é do aproveitamento do potencial hídrico de Minas para piscicultura e turismo.

Aluísio Pimenta voltou impressionado da China, quando percebeu que a criação de peixes havia resolvido o problema da fome. Mais impressionado ficou quando especialistas chineses lhe informaram que os rios brasileiros abrigam as dez maiores espécies do mundo. "Se tivéssemos um surubi, alimentaríamos o mundo", disse-lhe o técnico.

Como sempre ocorre, o professor levanta bandeiras aparentemente simplistas como a interiorização do ensino -, mas de enormes repercussões práticas. De início, provoca muxoxos em intelectuais que só se impressionam com complexidades inviáveis e desamarradas de modelos. O professor não se importa e vai repetindo sem parar suas lições.

Gradativamente, a idéia vai-se impondo. Quando se torna vitoriosa, o professor nem se preocupa em comemorar.

Como um construtor de país, sua cabeça já está no lance seguinte."

(* - Publicado de acordo com o texto original.)

545ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discurso Proferido em 7/6/94 pelo

Deputado Marcos Helênio

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários presentes nas galerias, aposentados da Caixa Beneficente da Guarda Civil e Polícia de Trânsito. A razão da nossa presença nesta tribuna é a necessidade de discutirmos acerca do projeto de lei que trata de assunto de interesse da Caixa Beneficente e sei, também, ser este o motivo da presença, nas galerias, dessas valorosas figuras humanas, pessoas que contribuíram, efetivamente, para a segurança do nosso Estado e, agora, encontram-se relegadas a segundo plano.

Queremos falar sobre o projeto e, também, a respeito do substitutivo, que tramita nesta Casa, esperando que ele seja rejeitado.

Na verdade, a questão da Caixa Beneficente teve seu início quando vários funcionários, na ativa e aposentados, tendo à frente o Beloni e o Austregésilo, aqui estiveram, na Comissão de Defesa do Consumidor, para falar a respeito da Caixa Beneficente, que é, na verdade, regida por uma lei do ano de 1927. Trata-se de uma lei muito antiga que permite, até hoje, que a direção da Caixa fique com o Secretário de Segurança em exercício, com o Chefe do Departamento de Trânsito e o Superintendente da Polícia. Precisamos analisar o que ocorreu nesses anos todos, principalmente nos últimos 20 anos. Os associados não tinham acesso às informações da Caixa Beneficente e não participavam de seus benefícios, o que motivou uma série de denúncias que gostaríamos fossem apuradas e solucionadas de maneira democrática e participativa. Convidamos, diversas vezes, a comparecer, às reuniões da Comissão de Defesa do Consumidor, o Sr. Secretário de Segurança e o Dr. Wanderley Vieira de Andrade, na tentativa de contornar aqueles problemas vividos pelos associados. Na verdade, apresentamos vários requerimentos sobre o assunto. Ao que me consta, a gestão dessa Caixa era autoritária, nebulosa e caracterizada pela ausência de informações aos contribuintes. As medidas eram tomadas ao arbítrio do Secretário de Segurança. Era uma minoria que administrava a Caixa, conforme lhes convinha.

As denúncias que chegaram a esta Casa eram as de que os dirigentes da Caixa, alguns aposentados pelo serviço público e pela Caixa e os reconduzidos aos seus postos na entidade percebiam remuneração muito alta. Havia, também, irregularidades no

provimento dos cargos da Caixa. Considerando-se que a Caixa é um órgão público, estar-se-ia contrariando a Constituição, acumulando então a remuneração de cargos as pessoas que exerciam cargos na Caixa, recebendo salários elevados, inclusive com uma assessoria muito grande.

Estaria, também, sendo ferida a Lei Orgânica Policial em seu art. 135, que proíbe, expressamente, a compatibilidade entre a função policial e qualquer outra atividade profissional remunerada. Isso sem falar nos casos dos servidores policiais que ficavam à disposição da Caixa Beneficente e, ainda, outras irregularidades administrativas.

Surgiu a denúncia na Comissão de Defesa do Consumidor e propusemos a CPI, da qual vamos falar. As questões são as seguintes:

- alienação de imóveis pertencentes à entidade, promovida de maneira irregular, sem conhecimento dos associados e sem que se tenha notícia do destino dado aos valores apurados. Pedimos informações a respeito e não recebemos respostas.

- cobrança irregular ou indevida de determinados benefícios como, por exemplo, auxílio-funeral, que deveria ser gratuito e é cobrado.

- a direção da Caixa pagou, por muito tempo, às pensionistas valores que, ainda hoje, não chegam a um salário mínimo. Esses valores pagos a menos devem ser restituídos com correção às viúvas, e isso já foi objeto de um requerimento nesta Casa.

- doações volumosas sem consulta aos contribuintes, em completa dissonância com o discurso oficial de sua direção, sempre alegando problemas financeiros.

- desvirtuamento da finalidade da Caixa, com inclusão de milhares de contribuintes que nada tinham a ver com a Caixa.

A Comissão de Defesa do Consumidor apresentou o Projeto de Lei nº 1.605, propondo que a Caixa retornasse aos seus legítimos donos, que são os associados. O que propusemos? Que o Secretário de Segurança fizesse a convocação de uma assembléia, em 60 dias, e fosse, então, debatida a nova forma democrática de composição da diretoria, que seria eleita entre os associados. Isso não foi atendido.

O nosso projeto é nesse sentido. Foi aprovado nas Comissões, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e ia entrar em Plenário. No entanto, foi obstaculado por um substitutivo apresentado pelo Deputado Roberto Amaral. Gostaria que o Deputado Roberto Amaral, aqui presente, explicasse o seu substitutivo. Acho que ele deveria usar a palavra e falar que o substitutivo dele é pior do que a lei de 1927. É importante saber, porque, talvez, o Deputado Roberto Amaral tenha recebido seu substitutivo pronto e não deve saber exatamente qual o seu conteúdo, porque não é possível que ele tenha ampliado os poderes da Secretaria de Segurança, criando um conselho sem representação dos associados. Ora, é brincadeira!

É preferível manter a lei de 1927 a passar esse substitutivo. Pedimos a sua retirada e que haja, no mínimo, uma negociação e uma discussão para que consigamos aprovar na íntegra o Projeto de Lei nº 1.605, para que a Caixa Beneficente não fique mais com uma lei arbitrária como a de 1927.

Esse projeto foi apresentado e aprovado na Comissão de Defesa do Consumidor, com uma participação muito boa. De repente, houve essa interferência da Secretaria de Segurança nos rumos aqui da Casa. Estamos aguardando duas respostas: primeiro, que esse substitutivo seja retirado de fato e que haja discussão de um novo projeto e, segundo, queremos que a CPI tenha, realmente, andamento, para que possamos ouvir aqui as pessoas envolvidas nessa Caixa. Já temos as 26 assinaturas necessárias para a instauração da CPI. Esperamos fazer aqui uma ampla discussão sobre os destinos da Caixa, para levantar os erros cometidos e punir os culpados pelos desvios.

Penso que é isso que os associados devem esperar: que a CPI seja instaurada; que o Projeto de Lei nº 1.605 seja aprovado e que façamos uma discussão com os associados para ver de perto como vai ficar a vida dessa Caixa que, até hoje, agiu de uma forma obscura, lamentável e prejudicial aos seus associados.

545ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discurso Proferido em 7/6/94 pelo

Deputado José Maria Pinto

O Deputado José Maria Pinto - Sr. Presidente, Sra. Deputada Maria José Haueisen, colegas parlamentares, quero, acima de tudo, cumprimentar e parabenizar esse grupo de homens abnegados da Polícia Civil, que já deram sua própria vida envelhecendo nas ruas, no sereno e nas agressões que sofreram na Capital e nos rincões de Minas Gerais. Hoje, esses homens dão um exemplo de união, de força e de vontade para a Polícia Civil, a fim de resolver esse problema crucial que é o problema da Caixa Beneficente dos Guardas-Civis e Inspetores de Trânsito.

Entre para a Polícia Civil em 1957 e me inscrevi para participar da Caixa Beneficente, que iria, no futuro, beneficiar as viúvas e as pessoas que estivessem enfermas ou carentes de recursos. Não obstante, o que vimos foi uma Caixa Beneficente quebrada, rolando milhões de cruzeiros para o Estado de Minas Gerais em benefício de poucas pessoas. Sabemos que o Estado de Minas Gerais tem até assumido, de certa

forma, o pagamento da aposentadoria e da pensão das viúvas. Mas isso não é tudo, porque ainda existem muitas pessoas que estão nesse processo. Quero dizer que também me inscrevi nesse procedimento do Deputado Marcos Helênio, porque entendo que é função do Deputado trabalhar em favor das classes menos favorecidas e das classes que estão em situação de agrura, como é o caso dos meus caros colegas e o meu também. Eu, José Maria Pinto, me inscrevi lá fora, colocando meu MASP 40.857. Isso significa que eu estou na mesma situação de premência em que vocês se encontram. Não posso tirar essa assinatura, como é o desejo de muitas pessoas. Não poderia fazê-lo. Não obstante, acho que deveríamos nos reunir com o Sr. Secretário e com o Presidente da Caixa Beneficente para encontrarmos uma solução que seja condizente com os interesses da categoria de que faço parte. A situação da Caixa Beneficente, como disse o Deputado Marcos Helênio, está muito nebulosa. É preciso encontrarmos uma forma, talvez um substitutivo, que satisfaça aos interesses desse grupo que aqui está. Eu me coloco à disposição de vocês, já que tenho em mão um esboço de um substitutivo, formulado por um abnegado homem que está trabalhando em prol desse grupo, o qual vai ao encontro dos interesses da Assembléia Legislativa e da Caixa Beneficente. Assim, a Polícia Civil dará um grande exemplo de união. Muito obrigado.

545ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discurso Proferido em 7/6/94 pelo Deputado Gilmar Machado

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada. Três assuntos me trazem a essa tribuna, nesta tarde. Em primeiro lugar, gostaria de comunicar à Casa, já que não tivemos esta oportunidade em virtude do seminário realizado semana passada, a visita que fizemos ao Presidente da Caixa Econômica Federal, em Brasília. Entregamos a S. Exa. o relatório sobre as irregularidades dos conjuntos habitacionais construídos no Estado de Minas Gerais. Também aproveitamos a viagem para visitar a Presidência da Associação dos Funcionários da Caixa e alguns representantes do Congresso Nacional, especialmente o Deputado Nilmário Miranda. O relatório foi acatado pela Procuradoria-Geral da República, que vai investigar as irregularidades e, principalmente, a participação do ex-Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Danilo de Castro, hoje candidato a Deputado Federal pelo PSDB, de elementos da Caixa e também do INOCOOP e da CENTRAB.

Na ocasião, pudemos externar a nossa tristeza com esta Casa, que tem se omitido diante das questões dos conjuntos habitacionais de Minas Gerais. Esta Casa constituiu uma comissão com recursos do povo mineiro para levantar a questão dos conjuntos habitacionais, lamentavelmente, quando a comissão chegou a resultados e eram necessários alguns encaminhamentos, estes foram barrados. Pudemos relatar tudo isso. Faço um apelo ao Deputado José Ferraz para que preservemos o bom nome do parlamento mineiro, que deu tanta contribuição aos movimentos de liberdade, que deu tantos exemplos de participação política. Nós não podemos, a Presidência desta Casa não pode dar cobertura ao ex-Presidente da Caixa, hoje candidato a Deputado Federal pelo PSDB. É preciso dar prosseguimento ao trabalho sobre os conjuntos habitacionais, porque não é só o nome do Presidente José Ferraz que está em julgamento, mas é o nome do parlamento mineiro que está sendo avaliado.

Por que a Assembléia Legislativa está com tanto medo de dar prosseguimento aos trabalhos referentes ao conjunto habitacional? O Congresso Nacional já começou a agir e, apesar de todos os graves problemas que tem enfrentado, ele não se omitiu diante dos fatos, como a Assembléia, na pessoa de seu Presidente, lamentavelmente tem se omitido.

O segundo assunto que me traz a esta tribuna é o lançamento oficial da candidatura do companheiro Lula e do companheiro Carlão, no Triângulo Mineiro. Esses dois companheiros visitaram, de quinta-feira a sábado, sete cidades do Triângulo Mineiro: Araguari, Estrela do Sul, Indianópolis, Monte Carmelo, Uberlândia, Tupaciguara e Uberaba. Muita gente anda dizendo que, no Triângulo Mineiro, a maioria dos eleitores está decidida a votar em Hélio Costa. Pois podem se preparar para uma surpresa. Foi extremamente positiva a passagem dos nossos companheiros por essas cidades. Com certeza, nas próximas pesquisas, o Triângulo Mineiro vai estar dando outra contribuição aos percentuais da candidatura do companheiro Carlão. Durante essa viagem, o companheiro Carlão pôde conversar com vários setores evangélicos, pôde visitar exposições e, ao mesmo tempo, debater com setores organizados da população. E, tenho a certeza de que a campanha do companheiro Carlão começa a ganhar uma nova dimensão, não só na Capital, mas, principalmente, no interior, onde as pequenas caravanas têm contribuído para a mudança dos percentuais.

O terceiro assunto diz respeito a um comunicado que quero fazer. Ontem à noite, aqui na Assembléia, contamos com a presença de várias lideranças evangélicas para constituirmos o Comitê Estadual Evangélico Pró-Lula e Pró-Carlão, onde estaremos produzindo materiais para serem divulgados pela comunidade evangélica em todo o Estado. A nossa pretensão é organizar esses comitês evangélicos na maioria das cidades do Estado. Serão comitês regionais que farão parte do Comitê Nacional Pró-

Lula, ao qual já pertencemos. Em nível estadual, teremos uma coordenação de cinco irmãos, de cinco igrejas, para que possa ser iniciado, oficialmente, esse trabalho. Estaremos engajados nesse processo porque temos a convicção de que a comunidade, que cresceu muito durante os últimos anos, não pode se omitir diante de um momento importante como esse. Mas, é preciso, também, que tenhamos esse engajamento como cidadãos, como pessoas que têm compromisso com a justiça social e com a transformação desta Nação.

Então, nós, evangélicos, comprometidos com essa nova visão, estaremos participando ativamente, em todo o Estado de Minas Gerais, dessas duas campanhas, pois compreendemos a importância dessa eleição e o papel que devemos desempenhar nela para que consigamos modificar os valores éticos e morais desta Nação. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 8/6/94, o Sr. Presidente, nos termos do art. 62 da Resolução n° 800, de 5/1/67, c/c a Resolução n° 5.100, de 29/6/91, modificada pelo art. 6° da Resolução n° 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa n° 867, de 13/5/93, e de conformidade com as estruturas aprovadas pelas Deliberações da Mesa n°s 1.002 e 1.015, de 1993, assinou os seguintes atos:

exonerando João Paulino Cardoso do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Motorista, padrão AL-10, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, com exercício no gabinete do Deputado Márcio Miranda;
nomeando Emília Arantes Assunção para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Deputado Jaime Martins;
nomeando Dalmo Silva Santos para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Motorista, padrão AL-10, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Deputado Márcio Miranda.

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços n° 5/94

Comissão Permanente de Licitação

Data do julgamento: 20/4/94.

Objeto: aquisição de um monitor desfibrilador marcapasso não invasivo.

Licitante vencedora: Edisa Hewlett - Packard S.A.

Valor: CR\$17.415.299,16.

Belo Horizonte, 13 de junho de 1994.

Rômulo de Oliveira, Presidente.

ERRATAS
